



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE DE 2021



ED.
CONS. JOAQUIM
BATISTA NEVES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA COMPOSIÇÃO EM 31/12/2021

TRIBUNAL PLENO

Cons. GILDÁSIO PENEDO FILHO – Presidente
Cons. MARCUS VINÍCIUS DE BARROS PRESÍDIO – Vice-presidente
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO – Corregedor
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA – Presidente da 2ª Câmara
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO – Diretor Geral da Escola de
Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa(ECPL)
Cons^a CAROLINA MATOS ALVES COSTA – Presidente da 1ª Câmara
Cons. JOÃO EVILÁSIO VASCONCELOS BONFIM – Ouvidor Geral

PRIMEIRA CÂMARA

Cons^a. CAROLINA MATOS ALVES COSTA
Cons. MARCUS VINÍCIUS DE BARROS PRESÍDIO
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO

SEGUNDA CÂMARA

Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO
Cons. JOÃO EVILÁSIO VASCONCELOS BONFIM

SUBSTITUTOS DE CONSELHEIRO

ALMIR PEREIRA DA SILVA
ALOÍSIO MEDRADO SANTOS
JURACI MANOEL DE CARVALHO
JOSUÉ LIMA DE FRANÇA
MARIA DO CARMO GALVÃO DO AMARAL
SÉRGIO SPECTOR

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

ANTÔNIO TARCISO SOUZA DE CARVALHO – Procurador-geral
DANILO FERREIRA ANDRADE – Procurador
CAMILA LUZ DE OLIVEIRA – Procuradora
ERIKA DE OLIVEIRA ALMEIDA – Procuradora
MARCEL SIQUEIRA SANTOS – Procurador
MAURÍCIO CALEFFI – Procurador

**PROCURADORA ASSISTENTE DO NÚCLEO DE ATUAÇÃO DA PGE
JUNTO AO TCE/BA**
PATRÍCIA SABACK

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Superintendência Técnica

JOSÉ RAIMUNDO BASTOS DE AGUIAR

Secretaria Geral

LUCIANO CHAVES DE FARIAS

Diretoria Administrativa

VALTER LUZ ALMEIDA

Gabinete do Presidente

PAULO ROBERTO DOMINGUES DE FREITAS

Diretoria de Gestão Estratégica

IVONETE DIONIZIO DE LIMA

Ouvidoria

ANA PATRÍCIA CRISÓSTOMO PEREIRA

Assessoria Técnico-jurídica

WENDEL REGIS RAMOS

Auditoria Interna

ELVIRA RITA BRANDÃO GONZALEZ

Coordenação de Contabilidade

DANIELA COUTO SILVA GOMES

Coordenação de Recursos Humanos

RUSDELON FRANCO LIMA

Coordenadorias de Controle Externo

BRUNO MASCARENHAS DA SILVEIRA VENTIM

DENILSON MARTINS MACHADO

YURI MOISÉS MARTINS ALVES

ANTÔNIO LUIZ CARNEIRO

ISRAEL SANTOS DE JESUS

MAURÍCIO SOUZA FERREIRA

MARCOS ANDRÉ SAMPAIO DE MATOS

Escola de Contas Cons. José Borba Pedreira Lapa

DENILZE ALENCAR SACRAMENTO

Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria

EDMILSON SANTOS GALIZA

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Exercer com efetividade o controle externo da gestão pública, em benefício da sociedade.

VISÃO DE FUTURO – PLANO ESTRATÉGICO 2018/2021

DESAFIO 7+

Melhorar os resultados para a sociedade, alcançando a nota 7 em pesquisa de opinião pública, além de ter implementadas, pelos jurisdicionados, ao menos 70% das recomendações e determinações selecionadas para monitoramento.

VALORES

O CIDADÃO é o nosso foco.
INDEPENDÊNCIA no exercício do Controle Externo.
CELERIDADE E EFICÁCIA devem andar juntas.
COMPORTAMENTO ÉTICO: melhor o exemplo do que o discurso.
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL é uma busca permanente.
TRANSPARÊNCIA é essencial.
COMPROMETIMENTO: nós fazemos o Tribunal de Contas.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Gestão Estratégica

IVONETE DIONIZIO DE LIMA – Diretora

Responsável Técnica

ALESSANDRA CARVALHO DE QUEIROZ

Analista de Gestão Pública

Equipe

FRANCYELLE CASTRO MOREIRA

Funcionária Terceirizada

CONTATOS

Internet: www.tce.ba.gov.br

4ª Avenida, 495, Plataforma V – Centro Administrativo da Bahia

Ed. Cons. Joaquim Batista Neves, Salvador/BA – CEP 41.750-002

Tel.: (71) 3115-4575

OUIDORIA: Tel.: (71) 3115-4561, E-mail: ouvidoria@tce.ba.gov.br e

WhatsApp:(71)99902-0166

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 91, § 3º, da Constituição Estadual, apresento à Assembleia Legislativa e ao cidadão baiano o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), referente ao 4º trimestre de 2021.

O Relatório trimestral de atividades representa um importante instrumento de promoção da transparência, ao demonstrar, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido pelo TCE/BA no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como apresenta as iniciativas mais relevantes implementadas na esfera administrativa desta Corte de Contas.

As atividades realizadas estão dispostas em cinco capítulos: I) Competência, Jurisdição e Estrutura do TCE/BA; II) Resultados do Controle Externo; III) Gestão Estratégica; IV) Ministério Público Especial junto ao TCE/BA; e V) Gestão Orçamentária e Financeira.

Encontram-se disponíveis, em nove Apêndices, o organograma do TCE/BA (Apêndice A), o quadro com a Síntese das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados (Apêndice B), o quadro dos Processos de Contas julgados (Apêndice C), o quadro de Auditorias/Inspeções apreciadas (Apêndice D), o quadro de Denúncias apreciadas (Apêndice E), o quadro de Medidas Cautelares apreciadas (Apêndice F), o quadro de Matérias Administrativas apreciadas (Apêndice G) e o quadro com as Auditorias Concomitantes realizadas no exercício (Apêndice H).

Salvador, 04 de janeiro de 2022.

Conselheiro Gildásio Penedo Filho

Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

SUMÁRIO		
I	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA	11
I. 1	COMPETÊNCIA	11
I. 2	JURISDIÇÃO	11
I. 3	ESTRUTURA	11
I. 3.1	QUADRO DE PESSOAL E MOVIMENTAÇÕES	15
II	RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	16
II. 1	DELIBERAÇÕES	16
II. 2	SANÇÕES PECUNIÁRIAS APLICADAS E RECOLHIDAS PELO TCE/BA	18
II. 3	PREMIAÇÕES	19
II. 3. 1	PRÊMIO IAF DE EDUCAÇÃO FISCAL 2021	19
III	GESTÃO ESTRATÉGICA	20
III. 1	PROGRAMAÇÃO PARA 2021	21
III. 1.1	PERSPECTIVA SOCIEDADE BAIANA	22
III. 1.1.1	Objetivo 1: Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual	22
III. 1.1.1.1	Iniciativa Estratégica 1: Implantar projeto de capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas	22
III. 1.1.1.2	Iniciativa Estratégica 2: Implantar projeto de monitoramento das decisões do TCE/BA	23
III. 1.1.1.3	Iniciativa Estratégica 3: Implantar Projeto Educação é da nossa Conta	24
III. 1.1.1.3.1	Auditoria	24
III. 1.1.1.3.2	Formação e Capacitação	25
III. 1.1.2	Objetivo 2: Contribuir para o exercício do Controle Social	25

SUMÁRIO		
III. 1.1.2.1	Iniciativa Estratégica 4: Realizar ações de aproximação do cidadão com o TCE/BA	25
III. 1.1.2.1.1	TCE em Campo	25
III. 1.1.2.1.2	Redes Sociais	26
III. 1.1.2.2	Iniciativa Estratégica 5: Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência	26
III. 1.1.2.2.1	Transparência Ativa	26
III. 1.1.2.2.1.1	PROInfo Express	27
III. 1.1.2.2.1.2	TCE CIDADÃO	27
III. 1.1.2.2.1.3	Mirante Social	27
III. 1.1.2.2.1.4	Transmissão das sessões dos órgãos colegiados pelo YouTube	28
III.1.1.2.2.1.5	Página no Portal do TCE/BA para acompanhamento das ações relacionadas ao enfrentamento da COVID-19	28
III.1.1.2.2.1.6	Publicações	28
III.1.1.2.2.1.6.1	Relatório de Atividades e Prestação de Contas do TCE/BA	28
III.1.1.2.2.1.6.2	Relatórios Estatísticos da Ouvidoria	28
III. 1.1.2.2.2	Transparência Passiva	29
III. 1.1.2.2.2.1	Pesquisa de Opinião sobre os serviços da Ouvidoria	30
III. 1.1.2.3	Iniciativa Estratégica 6: Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados	30
III. 1.1.2.3.1	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)	30
III. 1.1.2.3.1.1	2º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	30
III. 1.1.2.3.1.2	Rede Nacional de Informações Estratégicas (Rede InfoContas)	30

SUMÁRIO		
III. 1.1.2.3.1.3	Rede Integrar	31
III. 1.1.2.3.1.4	Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 01/2018	31
III. 1.1.2.3.2	Instituto Rui Barbosa (IRB)	31
III. 1.1.2.3.3	Ouvidorias dos Tribunais de Contas	32
III. 1.1.2.3.4	União Nacional dos Taquígrafos (UNATAQ/CNLE)	32
III. 1.1.2.3.5	Rede de Controle da Gestão Pública na Bahia	32
III. 1.1.2.3.6	Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA)	33
III. 1.1.2.3.7	Acordos de Cooperação e parcerias na área de Educação Corporativa	33
III. 1.2	PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	34
III. 1.2.1	Objetivo 3: Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão	34
III. 1.2.1.1	Iniciativa Estratégica 7: Implantar a Gestão de Processos de Trabalho do TCE/BA	34
III. 1.2.1.2	Iniciativa Estratégica 8: Implantar a Gestão de Portfólios e Projetos do TCE/BA	35
III. 1.2.2	Objetivo 4: Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo	35
III. 1.2.2.1	Iniciativa Estratégica 9: Implantar sistemática de gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externo	35
III. 1.2.2.1.1	Monitoramento das Metas Institucionais 2021	35
III. 1.2.2.1.2	Monitoramento das Metas Setoriais 2021	36
III. 1.2.2.1.2.1	Instrução inicial dos Processos de Contas	36
III. 1.2.2.1.2.2	Realização de Auditorias Concomitantes	36
III. 1.2.2.1.2.3	Tempo máximo de permanência dos processos nas unidades	37

SUMÁRIO		
III. 1.2.2.2	Indicadores Estratégicos do Objetivo 4	37
III. 1.2.3	Objetivo 5: Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo de Contas	38
III. 1.2.3.1	Iniciativa Estratégica 10: Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria	38
III. 1.2.3.1.1	Sistema de Controle de Qualidade da Auditoria	38
III. 1.2.3.2	Iniciativa Estratégica 11: Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados	38
III. 1.3	PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	38
III. 1.3.1	Objetivo 6: Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados	38
III. 1.3.1.1	Iniciativa Estratégica 12: Implantar Política de Gestão de Pessoas	38
III. 1.3.1.1.1	Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC)	39
III. 1.3.1.1.1.1	Programa de Controle Médico de Saúde	39
III. 1.3.1.1.1.2	Campanhas e Palestras na área de saúde, bem-estar e direitos humanos	39
III. 1.3.1.2	Iniciativa Estratégica 13: Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas	40
III. 1.3.1.2.1	Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES)	41
III. 1.3.1.2.2	Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos	41
III. 1.3.1.2.3	Ensino à Distância	42
III. 1.3.1.2.4	Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior	47
III. 1.3.1.3	Iniciativa Estratégica 14: Implantar sistemática de monitoramento dos Planos Estratégico, Tático e Operacional	47
III. 1.3.1.3.1	Plano Operacional Anual do exercício 2021 (POA 2021)	47

SUMÁRIO		
III. 1.3.1.3.1.1	Repactuação do Plano Operacional (POA 2021)	47
III. 1.3.1.3.2	Planejamento 2022	47
III. 1.3.1.3.2.1	Plano Tático 2022	47
III. 1.3.1.3.2.2	Plano Operacional Anual do exercício 2022	48
III. 1.3.2	Objetivo 7: Ampliar o uso dos Sistemas de Informação	48
III. 1.3.2.1	Iniciativa Estratégica 15: Intensificar o uso de Informações Estratégicas	48
III. 1.3.2.1.1	Desenvolvimento de ações de inteligência para a atividade do Controle Externo	48
III. 1.3.2.2	Iniciativa Estratégica 16: Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI	49
III. 1.3.2.2.1	Gestão de Sistemas	49
III. 1.3.2.2.1.1	Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante)	49
III. 1.3.2.2.1.2	Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)	50
III. 1.3.2.2.1.3	Implementação de demandas corretivas e evolutivas	50
III. 1.3.2.2.2	Infraestrutura em TI	50
III. 1.3.2.2.2.1	Renovação da Infraestrutura de Rede Corporativa	50
III. 1.3.2.2.2.2	Elaboração de Termo de Referência para aquisição de <i>Appliances</i> de Backup	51
III. 1.3.2.2.2.3	Sistema de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas	51
III. 1.3.2.2.2.4	Atualização automática de servidores Linux	51
III. 1.3.2.2.2.5	Análise de Maturidade em Segurança da Informação	51
III. 1.4	PERSPECTIVA RECURSOS	52

SUMÁRIO		
III. 1.4.1	Objetivo 8: Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos	52
III. 1.4.1.1	Iniciativa Estratégica 17: Aperfeiçoar o ambiente físico	52
III. 1.4.1.1.1	Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia	52
III. 1.4.1.1.2	Melhorias na infraestrutura e nos bens do TCE/BA	53
III. 1.4.1.2	Iniciativa Estratégica 18: Desenvolver e implantar o modelo de monitoramento dos controles internos	53
III. 1.4.1.2.1	Controle Interno	53
III. 1.4.1.2.2	Auditoria Interna (AUDIT)	53
IV	MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	54
V	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	57
V.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE/BA	57
V.1.1	ORÇAMENTO DO TCE/BA	57
V.1.2	QUADRO DE COTAS	58
V.1.3	DESPESA EMPENHADA	58
V.1.4	DESPESA PAGA	59
V.1.5	DÍVIDA FLUTUANTE	60
V. 2	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)	60
V. 2.1	ORÇAMENTO DO FUNTCE	60
V. 2.2	RECEITA REALIZADA	61
V. 2.3	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	61
V.2.4	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	61
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	63

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	64
LISTA DE TABELAS	64

APÊNDICE

APÊNDICE A	Estrutura organizacional do TCE/BA: organograma	65
APÊNDICE B	Síntese das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados	68
APÊNDICE C	Processos de Contas julgados	72
APÊNDICE D	Auditorias/Inspeções apreciadas	76
APÊNDICE E	Denúncias apreciadas	80
APÊNDICE F	Medidas Cautelares apreciadas	82
APÊNDICE G	Matérias Administrativas apreciadas	84
APÊNDICE H	Auditorias Concomitantes realizadas no exercício	86

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA

I. 1 COMPETÊNCIA

A atual Constituição Baiana, em seu art. 91, estabelece que o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA), que é dotado de autonomia administrativa e de independência funcional, incumbindo-lhe uma série de competências exclusivas, previstas também em sua Lei Orgânica, tais como: a de elaborar relatório e emitir parecer prévio sobre as contas governamentais; julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos; assim como julgar a legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão; apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes e/ou termos congêneres. Esta Casa de Controle realiza, ainda, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo-lhe, do mesmo modo, responder a consultas sobre questões relativas às matérias sujeitas à sua fiscalização e apurar denúncias acerca de irregularidades cometidas no âmbito da Administração Pública.

I. 2 JURISDIÇÃO

O TCE/BA possui jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, a qual abrange, entre outros: qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos estaduais ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária; aqueles que derem causa à perda, subtração, extravio de dinheiro, valores, bens ou a qualquer outra irregularidade de que resulte dano ao erário ou ao patrimônio público; e os

responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelos órgãos da administração direta e pelas entidades da administração indireta, mediante convênio ou instrumento congênere.

A tabela 1 demonstra o quantitativo de órgãos jurisdicionados ao TCE/BA, que integram a administração direta e as entidades da administração indireta, de acordo com as modificações, na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, promovidas pela Lei nº 13.204/2014.

Tabela 1 – Jurisdicionados do TCE/BA

NATUREZA JURÍDICA	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	35
Secretarias	27
Outros Órgãos	8
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	37
Fundações	9
Autorarquias	14
Agência de Fomento – Soc. Economia Mista	1
Sociedades de Economia Mista	7
Empresas Públicas	6
TOTAL	72

Fonte: SUTEC.

I. 3 ESTRUTURA

O TCE/BA é composto por órgãos colegiados que são: o Tribunal Pleno, a Primeira e a Segunda Câmaras; órgãos diretivos, que são a Presidência, a Vice-presidência, Corregedoria, a Diretoria Geral da Escola de Contas e a Ouvidoria Geral, os dois últimos tendo sido criados por meio da Lei Estadual nº 13.731,

de 05 de julho de 2017; e órgãos técnicos e administrativos. Os Conselheiros são nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos após aprovação da Assembleia Legislativa. Um terço do colegiado é escolhido pelo chefe do Poder Executivo Estadual, sendo um membro de livre escolha e os demais escolhidos, alternadamente, entre os auditores de carreira e os integrantes do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. Os outros dois terços são escolhidos pela Assembleia Legislativa (art. 94 da Constituição Estadual e art. 52 da Lei Complementar nº 005/1991).

O Presidente, o Vice-presidente e o Corregedor do Tribunal de Contas são eleitos por seus pares para um mandato de dois anos, admitida a reeleição por mais um período. A eleição é realizada em escrutínio secreto na primeira sessão ordinária da segunda quinzena do mês de dezembro, sendo exigida a presença de, pelo menos, cinco Conselheiros titulares, computando-se, inclusive, o voto daquele que presidir ao ato.



No dia 07/01/2020, em sessão especial realizada no Plenário do TCE/BA, o Cons. Gildásio Penedo Filho foi reempossado no cargo de Presidente, para biênio 2020-2021, juntamente com o Vice-presidente, Cons. Marcus Presídio, e o Corregedor, Cons. Inaldo Araújo. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-empossa-mesa-diretora-nesta-terca-feira>> e <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidente-do-tce-ba-critica-generalizacoes-prega-aproximacao-com-os-cidadaos>>.

O Tribunal Pleno, integrado pelos sete Conselheiros, reúne-se, ordinariamente, no período compreendido entre 1º de fevereiro e 28 de dezembro de cada ano, cujas sessões são ordinárias, extraordinárias e especiais. As sessões ordinárias são realizadas às terças e quintas-feiras, das 14h30min às 18 horas, podendo ser prorrogadas por decisão da maioria dos Conselheiros, exigindo-se para a sua instalação e julgamento dos processos constantes da pauta a presença de, no mínimo, quatro Conselheiros, inclusive o Presidente. As sessões extraordinárias são convocadas pelo Conselheiro Presidente, com antecedência mínima de 24 horas, salvo motivo relevante ou urgente, devidamente justificado. As sessões especiais são convocadas pelo Presidente para: solenidade de posse do Presidente, Vice-presidente, Corregedor e Conselheiros; homenagens ou recepções; e exame de questões internas. As sessões são públicas, salvo se a natureza da matéria ou o curso dos debates determinar caráter reservado, como no julgamento de despesas de caráter sigiloso.

As deliberações do Tribunal Pleno são relativas:

- ➡ à emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado;
- ➡ a julgamentos de processos de contas dos gestores públicos da Administração Direta e Indireta;
- ➡ a julgamentos de recursos interpostos das decisões das Câmaras ou de suas decisões em matéria de sua competência;
- ➡ à adoção de medidas cautelares indispensáveis à proteção do erário e do patrimônio público, quando haja ameaça de grave dano de difícil e incerta reparação;
- ➡ a decisões sobre denúncias que atenderem às exigências dos artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 05, de 04/12/1991, as quais podem ser

de autoria de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;

- ➔ as decisões sobre auditorias e inspeções de natureza financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e operacional, em programas governamentais e na gestão das entidades da Administração Direta e Indireta dos Poderes, nos sistemas corporativos governamentais, e em projetos cofinanciados com recursos externos;
- ➔ à apreciação de reclamações, com o intuito de preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões, sendo admitidas contra ato comissivo que altere, dificulte ou impeça a execução de seus julgados ou embarace o andamento do respectivo processo, e contra omissão da Administração no cumprimento das decisões do Tribunal;
- ➔ a respostas às consultas que lhe são formuladas, as quais são solicitações de informações acerca de situações em tese, remetidas pelos Chefes dos Poderes, pelos dirigentes dos sistemas de controle interno de cada Poder, pelos Secretários de Estado, pelos dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas a matérias de competência deste Tribunal. As decisões proferidas pelo Tribunal, nessas matérias, têm caráter normativo e força obrigatória; e
- ➔ à apreciação de matérias administrativas, as quais se referem ao disciplinamento de matéria sujeita à jurisdição, ao funcionamento e à organização do Tribunal, bem como às demais matérias de natureza administrativa.

Por ocasião dos períodos de licenças, férias e impedimentos, os Conselheiros são substituídos por auditores que cumpram determinados pré-requisitos, tendo eles, no exercício da substituição, as mesmas garantias do titular e sujeitando-se aos mesmos impedimentos e vedações. A escolha dos auditores

que substituem os Conselheiros é realizada na primeira sessão plenária de cada ano e feita por decisão da maioria de seus membros titulares.

Para o exercício de 2021, foram empossados os seis substitutos de conselheiro do TCE/BA: Almir Pereira da Silva, Aloísio Medrado, Josué Lima de França, Juraci Manoel de Carvalho, Maria do Carmo Galvão do Amaral e Sérgio Spector. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/eleitos-os-substitutos-de-conselheiros-para-o-exercicio-de-2021>>.

As Câmaras, compostas cada uma por três Conselheiros, observando-se o critério de rodízio bienal, elegem os seus respectivos presidentes durante a realização da primeira sessão anual, não podendo a escolha recair sobre o Vice-presidente, o Corregedor, o Diretor Geral da Escola de Contas e o Ouvidor Geral do Tribunal. O Presidente do Tribunal de Contas não participa da composição das Câmaras.

Compete às Câmaras apreciar a legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão, excluídas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, na hipótese de existir parecer no sentido da negativa de registro ao ato ou havendo discordância por parte do Relator em relação ao opinativo pela concessão de registro do Órgão Instrutório responsável; apreciar para fins de registro a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo em comissão ou função de confiança, bem como os dados relativos ao número total de servidores públicos e empregados nomeados e contratados e à despesa com pessoal confrontada com o valor da receita; julgar as contas relativas a: a) adiantamento ou outras antecipações de recursos dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos; b) aplicação de recursos estaduais atribuídos aos Municípios; c) auxílios e subvenções concedidos pelo

Estado a pessoas jurídicas de direito privado e organizações não governamentais sem fins lucrativos.

As Câmaras possuem, também, como atribuições determinar a tomada de contas; apreciar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos, envolvendo concessões, cessões, doações e permissões de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado, por qualquer dos seus órgãos ou entidades da administração direta ou indireta; decidir, se verificada a ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões: a) aplicar aos responsáveis as sanções cabíveis; b) assinar prazo de até 30 dias para que o órgão ou entidade adote as providências apontadas para o exato cumprimento da lei ou correção de irregularidades; c) sustar, se não atendido o disposto na alínea anterior, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa que solicitará, de imediato, as medidas cabíveis; e julgar os embargos de declaração apresentados contra suas decisões.

A Primeira Câmara, no biênio 2020-2021, é composta pela Conselheira Carolina Matos Alves Costa, reeleita presidente, e os Conselheiros Marcus Vinícius de Barros Presídio e Antonio Honorato Castro Neto; enquanto a Segunda Câmara é formada pelos Conselheiros Pedro Henrique Lino de Souza, reeleito presidente para o biênio 2020-2021, Inaldo da Paixão Santos Araújo e João Evilásio Vasconcelos Bonfim.

Considerando a crise provocada pela pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, o TCE/BA, desde março de 2020, promoveu diversas medidas voltadas à mitigação da transmissibilidade da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), destacando-se a autorização para a realização

de sessões virtuais de seus órgãos colegiados, por meio da Resolução nº 012/2020. Adotando, a partir de 29/09/2021, o formato semipresencial.

A Alta Administração do TCE/BA, para o biênio 2020-2021, é composta, ainda, pelo Cons. Antonio Honorato, Diretor Geral da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa(ECPL), e o Cons. João Bonfim, Ouvidor Geral.

A estrutura técnico-administrativa básica do Tribunal de Contas, cujas competências estão determinadas na Lei nº 13.192/2014, é composta pelos Gabinetes do Presidente, do Vice-presidente, do Corregedor, do presidente da 1ª Câmara, do presidente da 2ª Câmara, do Diretor Geral da Escola de Contas e do Ouvidor Geral, assim como pela Secretaria Geral, Diretoria Administrativa, Superintendência Técnica, Diretoria de Gestão Estratégica, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria, Ouvidoria, Auditoria Interna, Assessoria Técnico-jurídica, Assessoria de Comunicação, Corregedoria, Coordenação de Recursos Humanos, Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa e pelo Gabinete do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA.

Este último, criado pela Lei nº 10.547/2006, tem por missão a guarda da lei e a fiscalização da sua execução, competindo-lhe, entre outras atribuições: promover a defesa da ordem jurídica, requerendo ao TCE/BA as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário; interpor recursos, além de requerer, motivadamente, a realização de inspeções, auditorias, tomadas de contas e demais providências em matérias de competência desta Corte de Contas. Vide Portal: <www.mpc.ba.gov.br>.

Em solenidade de posse presidida pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Gildásio Penedo Filho, realizada no dia 23/02/2021, o Procurador-geral do MPC, Antônio Tarciso Souza de Carvalho, foi reconduzido ao cargo, para o biênio

2021/2022. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/procurador-geral-do-mpc-e-empossado-para-o-bienio-2021-2022>>.

Ressalta-se a existência do Fundo de Modernização do TCE/BA, criado pela Lei nº 27/2006 e regulamentado pela Resolução nº 098/2006, é constituído por recursos provenientes de diversas fontes de receita. O Fundo destina-se a atender às despesas relacionadas à ampliação e modernização dos serviços de informática e comunicação integrada, à reforma e adaptação de instalações, à qualificação dos servidores das atividades técnicas e administrativas de controle externo, além daquelas relativas à publicação e divulgação de revistas e livros relacionados às atividades de interesse da instituição.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) possui representação junto ao TCE/BA por meio do Núcleo de Atuação específico, cujos membros participam das sessões dos órgãos colegiados deste Tribunal.

Para melhor visualização da interrelação entre os órgãos colegiados, diretivos, técnicos e administrativos do TCE/BA, o seu organograma se encontra no Apêndice A e disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/images/OrganogramaV2017_4.pdf>.

I. 3.1 QUADRO DE PESSOAL E MOVIMENTAÇÕES

O quadro ativo do TCE/BA, em 31/12/2021, totalizava 531 pessoas, sendo sete Conselheiros, seis Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA e 518 servidores.

O quadro 1 detalha a distribuição dos servidores de acordo com nível de escolaridade e forma de ingresso, além de outras informações, como aposentadorias e nomeações ocorridas no trimestre.

Quadro 1 – Quadro de Servidores e Movimentações

QUADRO DOS SERVIDORES					QUANTITATIVO
CARGOS EFETIVOS (SEM CARGOS EM COMISSÃO)	Nível Superior			240	314
	Nível Médio			50	
	Nível Fundamental			19	
	Efetivos de outros órgãos à disposição do TCE/BA			5	
CARGOS EM COMISSÃO	Provimento Restrito			75	204
	Provimento Amplo	Ocupados por efetivos do TCE/BA	15	129	
		Ocupados por efetivos de outros órgãos à disposição do TCE/BA	8		
		Ocupados por não efetivos	106		
TOTAL					518
OUTRAS INFORMAÇÕES DO PERÍODO (4º trimestre de 2021)					QUANTITATIVO
Efetivo Nível Superior à disposição em outro órgão (afastamento provisório)					2 (Sindicato)
Exoneração de cargos comissionados (amplos e restritos)					5
Nomeação de cargos comissionados (amplos e restritos)					5
Falecimento					1

Fonte: CRH.

II RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

Na tabela 2 estão sintetizados os principais resultados das atividades desenvolvidas pelo TCE/BA no 4º trimestre de 2021.

Tabela 2 – Resultados das atividades do Controle Externo – 4º trimestre 2021

ATIVIDADES	4º TRIMESTRE	ACUMULADO
Conta de Governo apreciada	0	1
Processos de Contas julgados	16	44
Auditorias Concomitantes apreciadas	13	32
Consultas apreciadas	0	1
Denúncias apreciadas	7	30
Recursos julgados	34	131
Reclamações apreciadas	0	7
Embargos de Declaração apreciados	4	17
Termos e Prestações de Contas de Convênios e de Ajustes Congêneres julgados	52	224
Atos de pessoal apreciados	350	1.514
Medidas Cautelares julgadas	1	4
TOTAL DE JULGAMENTOS/APRECIACÕES	477	2.005
DÉBITOS IMPUTADOS	R\$4.375.958,66	R\$12.690.378,88
DÉBITOS RECOLHIDOS (SEM EXECUÇÃO JUDICIAL)	R\$58.596,37	R\$329.434,49
MULTAS APLICADAS	R\$1.724.929,60	R\$3.785.694,69
MULTAS RECOLHIDAS (SEM EXECUÇÃO JUDICIAL)	R\$38.605,62	R\$169.776,51

Fonte: GDI/DGE – Consolidação das informações fornecidas pela Secretaria Geral.

II. 1 DELIBERAÇÕES

As deliberações do TCE/BA se revestem das seguintes formas:

Quadro 2 – Tipos de deliberação do TCE/BA

DELIBERAÇÃO	MATÉRIA
RESOLUÇÃO	a) decisão das Câmaras; b) aprovação do Regimento Interno ou de sua alteração e de atos normativos relativos à estrutura, funcionamento e atribuições dos ocupantes de cargos de provimento temporário do Tribunal de Contas; c) aprovação de instruções de caráter geral ou específico relativas ao exercício do controle externo; d) auditorias e inspeções; e) registros; f) consultas e reclamações; g) representações e denúncias; h) prejudgados e súmulas; i) conversão em diligência, quando deliberada por decisão do Pleno e j) sustação de ato ou fixação de prazo para sua correção.
ACÓRDÃO	a) julgamentos do Tribunal Pleno e b) incidentes de inconstitucionalidade.
PROVIMENTO	a) fixação de critério ou orientação normativa; b) orientação referente a assuntos de economia interna do TCE/BA ou a instruções para fiel execução de lei.
PARECER	a) contas do Chefe do Poder Executivo; b) empréstimos ou operações de crédito e c) despesa não autorizada.
ATO	Decisão decorrente de atribuição privativa do Presidente.
PORTARIA	Decisão da atribuição de dirigentes de unidades subordinadas.
DECISÃO MONOCRÁTICA	Proferida pelo Conselheiro Relator, na apreciação, para fins de registro, da legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão, bem como quando se tratar de decisão proferida em sede Cautelar.

Fonte: Regimento Interno do TCE/BA.

No trimestre, foram realizadas **20** sessões ordinárias pelo Tribunal Pleno e **18** sessões pelas Câmaras, **oito** pela Primeira Câmara e **10** pela Segunda Câmara. Os referidos órgãos colegiados proferiram os quantitativos de deliberações descritas na tabela 3.

Tabela 3 – Sessões realizadas, acórdãos e resoluções

COLEGIADO	4º TRIMESTRE 2021				
	Sessões	Acórdãos	Parecer	Resoluções	
				Conclusivas	Não Conclusivas*
Tribunal Pleno	20	51	-	28	1
Primeira Câmara	8	-	-	30	1
Segunda Câmara	10	-	-	48	2
TOTAL 4º TRIMESTRE	38	51	-	106	4
ACUMULADO (2021)	166	184	1	515	9

Fonte: GDI/DGE – Consolidação das informações fornecidas pela Secretaria Geral.

*Apreciação não conclusiva: deliberação pela conversão do julgamento em diligência.

A síntese das deliberações conclusivas, por natureza de processo, proferidas pelos órgãos colegiados estão disponíveis no apêndice B. Importante registrar que cada decisão (**Acórdão ou Resolução**) pode contemplar mais de um gestor ou responsável.

Informações detalhadas, incluindo o *link* para o inteiro teor dos processos apreciados pelo Tribunal Pleno (exceto Recursos e Embargos de Declaração), constam nos apêndices C, D, E, F e G deste relatório.

Na última sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 16/12/2021, o Cons. Marcus Presídio foi eleito Presidente do TCE/BA, para o biênio 2022/2023, tornando-se, assim, o 25º Presidente da Corte de Contas da Bahia.



Na ocasião, também foram eleitos o Vice-presidente, Cons. Antonio

Honorato de Castro Neto, e o Corregedor, Cons. Gildásio Penedo Filho. Outrossim, foram eleitos o novo Diretor da Escola de Contas Conselheiro José Borba Lapa (ECPL), Cons. Inaldo da Paixão Santos Araújo, e o Ouvidor-Geral, Cons. João Evilásio Bonfim. Vide <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/conselheiro-marcus-presidio-e-eleito-para-presidir-tce-ba-no-bienio-2022-2023>.

Durante o 4º trimestre de 2021 não foram aprovados **Provimentos** e as **Resoluções Normativas** publicadas, no período, estão listadas a seguir:

- ➔ **Resolução nº 077, de 26/10/2021:** aprovou a revisão e atualização do Plano Estratégico, instituído pela Resolução nº 138/2017, para o biênio 2022-2023;
- ➔ **Resolução nº 086, de 07/12/2021:** modificou a Resolução nº 149/2019, que dispõe sobre as normas para prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual para fins de julgamento pelo TCE/BA;
- ➔ **Resolução nº 092, de 14/12/2021:** aprovou as Diretrizes para o Planejamento Operacional e para o Sistema de Avaliação de Desempenho do exercício de 2022 (Plano Tático 2022);
- ➔ **Resolução nº 095, de 16/12/2021:** fixou os Índices de Participação dos Municípios no produto da arrecadação, pelo Estado, do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre

Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para aplicação no exercício de 2022.

Todas as **Resoluções Normativas** estão disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/legislacao-tce/resolucoes-normativas>>.

Os principais **Atos da Presidência**, publicados no 4º trimestre, estão relacionados abaixo:

- ➔ **Ato nº 127, de 04/11/2021:** aprovou o Plano Operacional Anual do TCE/BA, para o exercício de 2021, com as alterações promovidas até 15/10/2021, conforme disposto no art. 8º da Resolução nº 083/2020;
- ➔ **Ato nº 130, de 10/11/2021:** estabeleceu o funcionamento do trabalho presencial no TCE/BA, com o contingente de 100%, e dispôs sobre medidas preventivas de enfrentamento à disseminação da COVID-19;
- ➔ **Ato nº 131, de 11/11/2021:** estabeleceu critérios e procedimentos relativos às atividades do Serviço de Cerimonial no âmbito do TCE/BA;
- ➔ **Ato nº 134, de 11/11/2021:** disciplinou a gravação e transmissão de sessões virtuais e eventos do TCE/BA.

Os **Atos** estão disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/legislacao-tce/atos-da-presidencia>>.

No âmbito das **Decisões Monocráticas**, foram proferidas **340** deliberações no período, sendo **166** por Conselheiros que compõem a Primeira Câmara e **174** pelos integrantes da Segunda Câmara.

II. 2 SANÇÕES PECUNIÁRIAS APLICADAS E RECOLHIDAS PELO TCE/BA

O TCE/BA, ao julgar prestações ou tomadas de contas, possui a competência de imputar aos responsáveis o recolhimento, aos cofres públicos, das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhes multa.

As condenações e sanções aplicadas, referentes aos processos julgados com sua decisão publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/BA (eDOTCE), durante o 4º trimestre de 2021, estão apresentadas na tabela 4, enquanto o montante recolhido, no período, está descrito na tabela 5.

Tabela 4 – Condenações e sanções aplicadas (R\$)

NATUREZA	QUANTITATIVO		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	PROCESSO	RESPONSÁVEL			
Processos de Contas	5	12	44.500,00	0,00	44.500,00
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	16	23	1.110.339,20	1.935.856,12	3.046.195,32
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	17	37	570.090,40	2.440.102,54	3.010.192,94
TOTAL	38	72	1.724.929,60	4.375.958,66	6.100.888,26

Fonte: GECON/Secretaria Geral.

Tabela 5 – Condenações e sanções recolhidas (R\$)

NATUREZA	QUANTITATIVO		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	PROCESSO	RESPONSÁVEL			
Processos de Contas	9	10	10.690,02	0,00	10.690,02
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	9	11	8.293,14	6.792,48	15.085,62
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	29	30	13.188,35	31.116,21	44.304,56
Recurso	7	7	6.434,11	20.687,68	27.121,79
TOTAL	54	58	38.605,62	58.596,37	97.201,99

Fonte: GECON/Secretaria Geral.

Além do recolhimento voluntário, o TCE/BA encaminhou à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para fins de execução judicial, **17** certidões de débito, no montante de **R\$6.142.994,77**.

Visando obter maior efetividade na cobrança dos seus Títulos Executivos, o TCE/BA ampliou a sua forma de cobrança com a aprovação da Resolução nº 125, de 23/10/2018, que regulamenta o procedimento de cobrança extrajudicial dos Títulos Executivos. A iniciativa foi viabilizada pela parceria com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB), por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2018 para a realização, pelo TCE/BA, de Protesto extrajudicial dos Títulos Executórios, independentemente de prévio depósito de emolumentos, custas, contribuições ou quaisquer outras despesas. Com esse termo de Cooperação, o TCE/BA passou a utilizar o sistema oferecido pelo IEPTB, reduzindo significativamente as dificuldades

operacionais no repasse das informações necessárias aos cartórios, sem custos adicionais para o Tribunal.

No 4º trimestre de 2021, foram apresentadas **21** Certidões de Débito, decorrentes dos Títulos Executivos emitidos pelo TCE/BA à Central de Remessa de Arquivos (CRA) para lavratura do protesto extrajudicial pelo Tabelionato, cujos valores atualizados totalizaram **R\$2.969.940,80**.

Alinhada às diretrizes de transparência, o TCE/BA divulga, mensalmente, em seu Portal, o Relatório de Recolhimento de Multas e Débitos, vide, p. ex., <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-divulga-valor-de-multas-debitos-e-certidoes-de-debito-27>>.

II. 3 PREMIAÇÕES



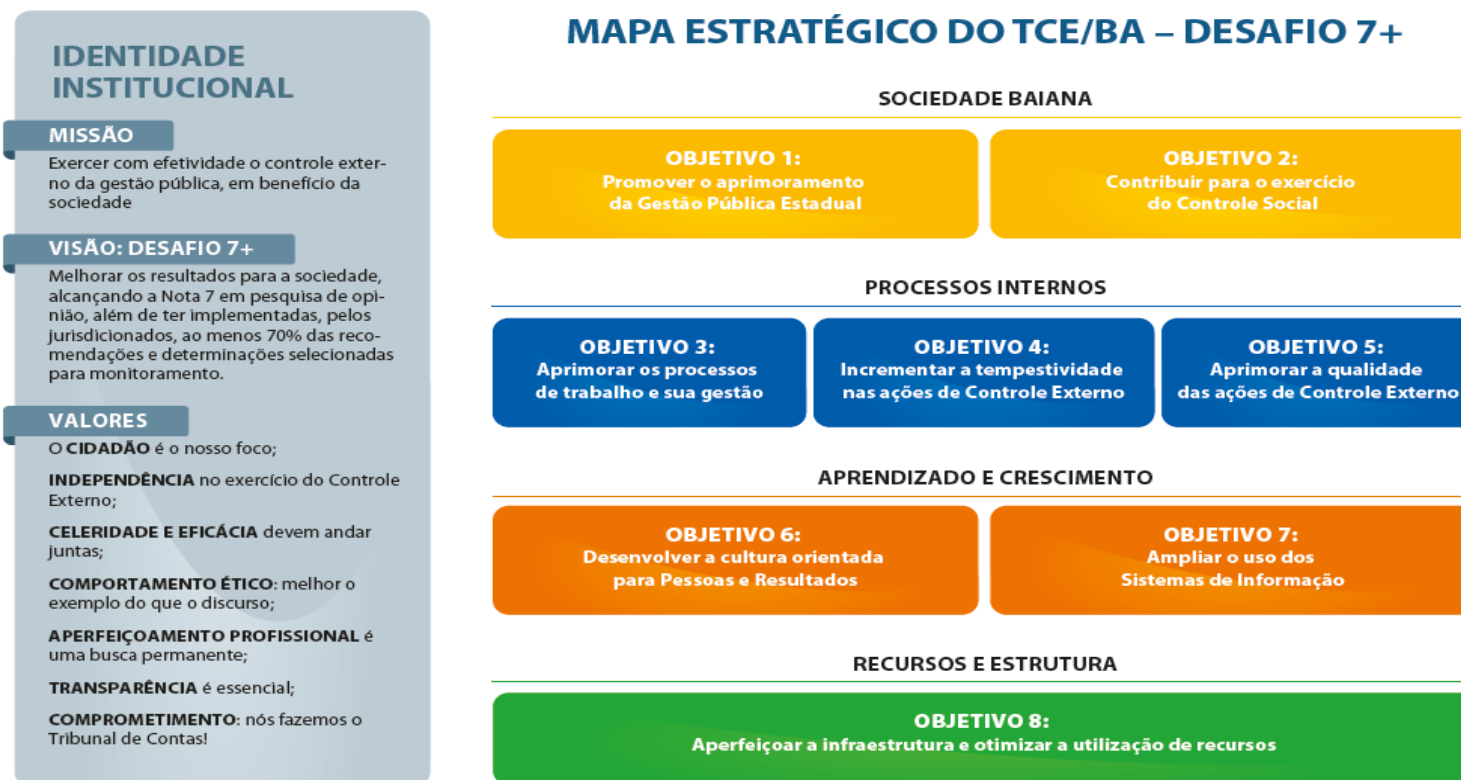
II. 3. 1 PRÊMIO IAF DE EDUCAÇÃO FISCAL 2021

O Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) concedeu ao TCE/BA o 1º lugar, na categoria Tecnologia, do Prêmio IAF de Educação Fiscal 2021. O projeto premiado é a versão digital do Você Gestor, jogo de tabuleiro criado pelo TCE/BA no âmbito do projeto Educação é da Nossa Conta. O Prêmio foi entregue no dia 26/11/2021, em solenidade ocorrida no Auditório Mário Cravo, na Casa do Comércio, em Salvador. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-e-1-lugar-no-premio-iaf-de-educacao-fiscal-2021>> e <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/jogo-voce-gestor-presidente-do-tce-ba-apresenta-premio-iaf-de-educacao-fiscal>>.

III GESTÃO ESTRATÉGICA

O TCE/BA, ao longo do exercício de 2017, elaborou o Plano Estratégico (PE), aprovado pela Resolução nº 138/2017, denominado ***Aprimorando a Organização em Sintonia com a Sociedade Baiana***, com vigência para o quadriênio 2018-2021, no qual estão registrados os valores essenciais para a organização, a visão aonde se pretende chegar ao final do ciclo, os objetivos a serem conquistados de maneira conjunta e as iniciativas voltadas para alcançá-los, bem como um sistema de avaliação.

A Gestão Estratégica, portanto, faz a ligação entre a identidade institucional, os objetivos e as iniciativas estratégicas com o trabalho de cada um dos setores e pessoas no dia a dia da instituição, com a finalidade de orientar a atuação do TCE/BA. Em 26/10/2021, por meio da Resolução nº 77/2021, foi regulamentada a ampliação do ciclo estratégico para o período de 2018-2023, com a revisão e atualização do PE, mantendo-se a identidade institucional e o mapa estratégico, conforme demonstrado pela figura a seguir.



Desde a aprovação da Resolução nº 157/2015, o Sistema de Planejamento e de Avaliação de Desempenho Anual vem sendo aperfeiçoado no sentido de adequá-lo aos conceitos, à metodologia e à ferramenta adotada no Plano Estratégico do Tribunal, o *Balanced Scorecard (BSC)*.

Nesse sentido, visa-se à racionalização e à harmonização entre o **Plano Estratégico**, o **Plano Tático** e o **Plano Operacional Anual (POA)**, sendo fundamental a atualização e uniformização de conceitos para a melhor comunicação sobre o desdobramento da estratégia, em especial, a distinção entre:

- **Metas Institucionais:** níveis de desempenho a serem alcançados no exercício que, devido à sua importância e complexidade, deverão ser perseguidas pelo TCE/BA e servirão de base para a avaliação de desempenho institucional;
- **Iniciativas Estratégicas:** ações necessárias para atingir os objetivos do Plano Estratégico; e
- **Iniciativas Operacionais:** atividades, entregas e auditorias que representam o desdobramento operacional das Iniciativas Estratégicas priorizadas para o exercício e que servirão de base para a avaliação de desempenho setorial.

III. 1 PROGRAMAÇÃO PARA 2021

Como desdobramento anual do Plano Estratégico, o Plano Tático 2021¹ determinou 20 Metas Institucionais, relacionadas ao julgamento de processos de controle externo, considerando a natureza e o ano de autuação.

O desempenho, até o 4º trimestre de 2021, está registrado no quadro 3.

1 Resolução nº 083/2020.

Quadro 3 – Metas Institucionais – Desempenho até o 4º trimestre de 2021

NATUREZA	AUTUAÇÃO	META	REALIZADO	DESEMPENHO
Contas de Governo	Em 2021	1	1	100%
Processos de Contas	Até 2019	35	20	57%
	Em 2020	29	23	79%
	Em 2021	5	1	20%
Auditorias Concomitantes	Até 2020	43	28	65%
	No 1º sem. 2021	6	4	67%
Consultas	Até 2021	1	1	100%
Denúncias	Até 2020	13	15	115%
	Em 2021	13	15	115%
Recursos	Até 2020	69	103	149%
	Em 2021	19	28	147%
Reclamações	Até 2021	7	7	100%
Embargos de Declaração	Até 2020	4	2	50%
	Em 2021	12	15	125%
Termos e Prestações de Contas de Convênios e de Ajustes Congêneres	Até 2019	189	142	75%
	Em 2020	36	72	200%
	Em 2021	9	10	111%
Atos de pessoal	Até 2020	490	584	119%
	Em 2021	698	930	133%
Medidas Cautelares	Até 2021	2	4	200%

Fonte: PROInfo em 04/01/2022.

O Plano Tático 2021, determinou, também, 18 iniciativas estratégicas, listadas na figura a seguir.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 2021

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 1. PROMOVER O APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

IE.1.1 Implantar projeto de capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas
IE.1.2 Implantar projeto de monitoramento das decisões do TCE/BA
IE.1.3 Implantar Projeto Educação é da nossa Conta

OBJETIVO 2. CONTRIBUIR PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL

IE.2.1 Realizar ações de aproximação do cidadão com o TCE/BA
IE.2.2 Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência
IE.2.3 Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados

SOCIEDADE BAIANA

OBJETIVO 3. APRIMORAR OS PROCESSOS DE TRABALHO E SUA GESTÃO

IE.3.1 Implantar a Gestão de Processos de Trabalho do TCE/BA
IE.3.2 Implantar a Gestão de Portfólios e Projetos do TCE/BA

OBJETIVO 4. INCREMENTAR A TEMPESTIVIDADE NAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

IE.4.1 Implantar sistemática para deliberação dos processos de controle externo

OBJETIVO 5. APRIMORAR A QUALIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

IE.5.1 Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria
IE.5.2 Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO 6. DESENVOLVER A CULTURA ORIENTADA PARA PESSOAS E RESULTADOS

IE.6.1 Implantar Política de Gestão de Pessoas
IE.6.2 Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas
IE.6.3 Implantar sistemática de monitoramento dos Planos Estratégico, Tático e Operacional

OBJETIVO 7. AMPLIAR O USO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

IE.7.1 Intensificar o uso de Informações estratégicas
IE.7.2 Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI

RECURSOS E ESTRUTURA

OBJETIVO 8. APERFEIÇOAR A INFRAESTRUTURA E OTIMIZAR A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

IE.8.1 Aperfeiçoar o ambiente físico
IE.8.2 Desenvolver e implantar o modelo de monitoramento dos controles internos

Assim, o Relatório das Atividades, ora apresentado, seguirá o modelo de gestão adotado, definido pelo Plano Estratégico para o ciclo 2018-2023, por perspectiva e seus respectivos objetivos estratégicos, contemplando, em cada um deles, as iniciativas estratégicas escolhidas para o exercício de 2021, atualizadas com as atividades e resultados alcançados no trimestre.

III. 1.1 PERSPECTIVA SOCIEDADE BAIANA

A Perspectiva Sociedade Baiana abrange ações e resultados ligados ao relacionamento do TCE/BA com os seus diversos grupos de interesse externos, principalmente os gestores públicos, a Assembleia Legislativa, a sociedade civil organizada e os cidadãos.

Tal Perspectiva é composta por dois objetivos estratégicos: (1) Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual e (2) Contribuir para o exercício do Controle Social.

III. 1.1.1 Objetivo 1: Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual

O objetivo estratégico 1 é diretamente relacionado à visão definida no Plano Estratégico do TCE/BA, sendo composto por quatro iniciativas estratégicas.

III. 1.1.1.1 Iniciativa Estratégica 1: Implantar projeto de capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas

Com a impossibilidade de realização de atividades presenciais, diante das limitações impostas pelo enfrentamento da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), em especial obediência aos Atos nº 046, de 19/03/2020 e nº 048, de 26/03/2020, foi necessário adotar um modelo de capacitação virtual.

Durante o 4º trimestre de 2021, foram realizadas, de forma virtual, duas atividades de capacitação direcionadas aos servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJ), conforme apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJ)

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO ONLINE	DATA	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES	UJ
Capacitação Básica Mirante	20/10/2021	2h	5	SEC
Curso de Convênios e Tomada de Contas	29/11/2021	8h	97	SEC
TOTAL		10h	102	1

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

Importante registrar que a realização de atividades online possibilitou uma maior participação do público externo. Entretanto, nem sempre é possível determinar o quantitativo de cada público interativo do TCE/BA: se de servidores das Unidades Jurisdicionadas ou de integrantes da sociedade civil.

Nesse sentido, estão listadas, no quadro 5, as atividades de capacitação online que contaram com participantes externos.

Quadro 5 – Participantes externos em atividades de capacitação online

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO ONLINE	DATA	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª edição: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas – 1º Módulo: Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas	27/10/2021	2h	157
Fórum O Papel dos Tribunais de Contas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03/11/2021	3h	120
CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª edição: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas – 2º Módulo: Avaliação das Políticas Públicas	22/11/2021	2h	81
TCE EM CAMPO – III Fórum das Controladorias Municipais Baianas	24/11/2021	3h	414
Projeto Políticas Públicas: A Arte do Encontro – 8ª edição: Liderança Inovadora e Transformação Cultural – Para além do digital	09/12/2021	2h	47
TOTAL		12h	819

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.1.1.2 Iniciativa Estratégica 2: Implantar projeto de monitoramento das decisões do TCE/BA

Com a aprovação da Resolução nº 175/2019, que dispõe sobre o monitoramento do cumprimento das decisões pelo TCE/BA, os procedimentos estão sendo desenvolvidos em conformidade com o texto normativo, com o auxílio das funcionalidades de acompanhamento criadas no Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo).

III. 1.1.1.3 Iniciativa Estratégica 3: Implantar Projeto Educação é da nossa Conta

O Projeto Educação é da nossa Conta, regulamentado pela Resolução nº 82/2017, visa orientar os trabalhos de fiscalização do TCE/BA para a verificação do nível de cumprimento do alcance das metas e estratégias definidas nos planos nacional e estadual de educação, como forma de promover a melhoria na qualidade da educação no nosso estado, em consonância com a Resolução ATRICON nº 003/2015, que aprovou as Diretrizes relacionadas à temática “Controle externo nas despesas com educação”.

O Projeto, coordenado pela Cons.^a Carolina Matos Alves Costa, é desenvolvido considerando oito dimensões: (1) Planejamento, (2) Auditoria, (3) Tecnologia da Informação, (4) Formação e Capacitação, (5) Documentação e Instrumentos Normativos, (6) Divulgação, (7) Controle Social e (8) Parcerias.

Durante o 4º trimestre, destacam-se as atividades relacionadas as seguintes dimensões do projeto:

III. 1.1.1.3.1 Auditoria

- ➡ execução de fiscalização na Secretaria da Educação (SEC), visando realizar auditoria na prestação de contas da SEC do exercício de 2020. No âmbito desse trabalho foram realizadas atividades voltadas à elaboração de tópico específico para compor os relatórios das Contas

de Governo com análise comparativa dos gastos anuais e dos resultados efetivos, a exemplo da qualidade do ensino e dos serviços de alimentação, transporte e infraestrutura escolar (OS 044/2021) e

- ➡ realização da Auditoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira, com o objetivo de verificar as despesas lançadas a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) pela Secretaria da Educação (SEC) e que venham a ser caracterizadas no percentual de 25% da receita do Poder Público Estadual no Exercício do ano de 2021, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino; ao cumprimento da norma em que, no mínimo, 60% das receitas do FUNDEB serão destinadas ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício; à verificação da elegibilidade de tais despesas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; à verificação da consistência e a fidedignidade entre os registros efetuados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicado pela SEFAZ/BA e o obtido através do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). (OS 089/2021);
- ➡ finalização de auditoria, com o propósito de avaliar a regularidade na aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das disposições legais pertinentes, principalmente quanto aos recursos destinados às ações empreendidas para o custeio do Projeto Vale Alimentação Estudantil (PVAE) e para a adequação das unidades escolares do Estado aos protocolos de biossegurança implementados com vistas a

reduzir os riscos de contaminação gerados pela pandemia da COVID-19 na Educação, bem como examinar a adequação dos controles internos do órgão repassador dos recursos. Do universo de 1.814 escolas da Rede Estadual de Ensino, entre prédios principais e anexos, a auditoria selecionou 83 unidades distribuídas em 14 Núcleos Territoriais de Educação (NTEs).

Além disso, foi aplicado a 284 unidades escolares, de forma a contemplar todos os NTEs, o questionário virtual sobre os aspectos pedagógicos e as condições estruturais, materiais e de recursos humanos de sua unidade escolar durante o período de pandemia, inclusive àquelas unidades escolares localizadas em NTEs mais distantes, tendo obtido a resposta de 73% das unidades escolares. Os principais resultados estão disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/auditoria-do-tce-ba-verifica-cumprimento-de-protocolo-de-seguranca-em-367-escolas>> (OS 045/2021).

III. 1.1.1.3.2 Formação e Capacitação

No trimestre, foi realizada a 3ª edição do TCE em Debate, com o tema: DISTRIBUIÇÃO DO ICMS SEGUNDO O DESEMPENHO EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

III. 1.1.2 Objetivo 2: Contribuir para o exercício do Controle Social

O objetivo estratégico 2 possui, como principal eixo, a aproximação do TCE/BA com os cidadãos e a sociedade civil organizada, visando promover o exercício do controle social. O referido objetivo é composto por três iniciativas

estratégicas.

III. 1.1.2.1 Iniciativa Estratégica 4: Realizar ações de aproximação do cidadão com o TCE/BA

As ações de aproximação do cidadão com o TCE/BA, foram impactadas pelas limitações impostas pelo enfrentamento da crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), entretanto, foram realizadas atividades online e atualizadas as redes sociais do Tribunal.

III. 1.1.2.1.1 TCE em Campo

O TCE em Campo objetiva capacitar a sociedade civil organizada, servidores e administradores públicos municipais e estaduais sobre temas relacionados à gestão e ao controle das políticas públicas.



No trimestre, foi realizada a 3ª edição do TCE EM CAMPO: III Fórum das Controladorias Municipais Baianas – Perspectivas para o Aprimoramento dos Sistemas de Controle, no dia 24/11/2021, em parceria com a União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB) e com o apoio institucional da Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), TCM/BA, Escola de Contas do TCM/BA, Rede de Controle de

Gestão Pública, Comissão Especial de Combate à Corrupção (OAB/BA) e Frente Cidadã de Combate à Corrupção.

O evento, transmitido pelo Canal do YouTube do TCE/BA, teve por público-alvo: controladores internos, auditores, corregedores, ouvidores, pregoeiros e equipes de apoio, membros das comissões permanentes de licitação, fiscais de contrato, procuradores e assessores jurídicos, gestores públicos, vereadores, conselheiros municipais, secretários, agentes públicos, prestadores de serviços na área pública, estudantes de direito, contabilidade, administração, engenharia e áreas afins.

A programação foi estruturada em três painéis. Do Painel 1 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA, foram painelistas: Ronaldo Sant’Anna, auditor e Conselheiro-Substituto do TCM/BA; Maíke Oliveira, Presidente da UCIB; Edson Santos, Controlador Geral do Município da Prefeitura de Xique-Xique-BA. Do Painel 2 – PESSOAL DA CONTROLADORIA INTERNA, participaram: Frank Ferrari, Promotor de Justiça do MP/BA; Vitor Almeida, ex-Presidente da UCIB; e Alexandre Curriel, Vice-presidente da UCIB. Do Painel 3 – ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM RELAÇÃO AO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, foram painelistas: Antônio Argollo, Auditor Federal de Finanças e Controle Externo da CGU/BA; Kívio Dias, Procurador-Geral do Município de Lauro de Freitas/BA e, Paulo Henrique Souza Junqueira, Controlador Geral da Prefeitura de Miguel Calmon-BA. O evento contou com 527 inscrições, sendo registrados 1.010 reproduções e 242 picos simultâneos. Vide <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/estao-abertas-inscricoes-para-iii-forum-das-controladorias-municipais> e <https://www.youtube.com/watch?v=NdmEugPPB1c&list=PLI1SSJ9rI2rjm3Vb2IQ2XXNmN2JZD3VTU&index=2>.

III. 1.1.2.1.2 Redes Sociais



As redes sociais apontam caminhos que ajudam o TCE/BA a dialogar de uma forma direta e mais próxima com o cidadão, consolidando-se como canais para debater, compartilhar conhecimentos e despertar na sociedade o interesse em fiscalizar os recursos públicos.

No trimestre, foram lançados novos *podcasts* nas plataformas Spotify e Anchor.fm, bem como foram atualizadas as páginas do TCE/BA no Facebook, no Instagram, no YouTube e no Twitter, além da disponibilização de fotografias pelo Flickr.

O conteúdo disponibilizado nas mídias sociais é atualizado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), com base nos princípios e diretrizes da Política de Comunicação (Resolução nº 95/2014).

III. 1.1.2.2 Iniciativa Estratégica 5: Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência

III. 1.1.2.2.1 Transparência Ativa



O Portal do TCE/BA contém um espaço, na sua página inicial, direcionado aos cidadãos, onde é possível acessar informações, em cumprimento à Resolução nº 163/2015, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011, no âmbito do TCE/BA.

Consta nesse espaço, no ícone Institucional, informações relativas à: [Transparência](#); [Competências](#); [Estrutura Organizacional](#); [Perguntas](#)

[Frequentes](#); [Programas, Ações e Projetos](#); [Relatório Estatístico da Ouvidoria](#), [Orçamento](#), [Demonstrativos Contábeis / FIPLAN](#); [Gestão Fiscal](#); [Despesas Consolidada](#), [Detalhada](#), [Ordem cronológica de pagamento](#), [Padrão](#), [Baixo Valor](#), [Exceções da Lei](#); [Contratos](#); [Convênios e Instrumentos Congêneres](#); [Nacionais](#), [Internacionais](#), [Instrumentos de repasse ou transferência de recursos financeiros](#); [Obras](#); [Patrimônio](#); [Relatórios](#); [Corregedoria](#); [Órgãos Colegiados](#), [Trimestral de Atividades e Prestação de Contas](#), [Ouvidoria - Relatório Estatístico](#); [Gestão de Pessoas](#); [Andamento de Processos](#); [Estoque Online](#), [Tempo de Julgamento](#), [Tempo de Permanência no Setor](#); [Licitações](#); [Classificação das informações](#); [Classificadas](#), [Desclassificadas](#); [Dados Abertos](#); [Sic - Serviço de Informação ao Cidadão](#); [Ouvidoria](#).

Ademais, as notícias são atualizadas, diariamente, no Portal do TCE/BA, como se pode verificar pelas indexações das matérias relacionadas às ações descritas no presente Relatório.

III. 1.1.2.2.1.1 PROInfo Express

O TCE/BA disponibiliza, em seu Portal, o Sistema PROInfo Express, que permite o acesso direto aos processos eletrônicos da instituição. Por meio dessa ferramenta, gestores públicos, cidadãos e procuradores têm acesso online ao conteúdo de todos os documentos e processos eletrônicos, podendo, ainda, protocolar, peticionar, responder a notificações e acompanhar o andamento dos autos do processo sem precisar se deslocar à sede do TCE/BA.

Para tanto, é necessário o credenciamento prévio e a emissão de certificado digital para pessoa física, junto ao TCE/BA, nos termos da Resolução nº 124/2015 e do Ato da Presidência nº 236/2015, disponíveis na aba “Legislação” do portal do TCE/BA.

Para obter mais informações, faz-se necessário acessar a opção “Processo Eletrônico” em www.tce.ba.gov.br, na aba “Serviços”. Os interessados, ainda, podem dirimir dúvidas através dos telefones (71) 3115-4462/4440.

III. 1.1.2.2.1.2 TCE CIDADÃO

O aplicativo TCE CIDADÃO permite que qualquer pessoa tenha acesso, seja para fazer denúncias a respeito de mau uso, desvio ou desperdício do dinheiro público ou simplesmente consultar as pautas das sessões plenárias, verificar e acompanhar o andamento de processos.

Pelo aplicativo, também, é possível que os jurisdicionados tenham acesso aos boletos de cobrança bancárias relativas às multas aplicadas pelos órgãos colegiados do TCE/BA. O TCE CIDADÃO pode ser adquirido de forma gratuita na loja virtual Google Play.

III.1.1.2.2.1.3 Mirante Social

Para garantir a efetividade do acesso à informação pública, o TCE/BA, por meio do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante), descrito no item III.1.3.2.2.1.1, desenvolveu uma versão de fácil acesso ao cidadão (Mirante Social) e divulga, de forma proativa, informações de interesse público dos entes do Estado da Bahia, visando contribuir para ampliação do exercício do controle social. Estão disponibilizadas informações que permitem análises variadas sobre as despesas do Estado da Bahia registradas no FIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento e Finanças). Os dados do FIPLAN são atualizados mensalmente na base de dados do TCE/BA, a partir do dia 21 do mês corrente, com dados do mês anterior, envolvendo todos os poderes. O Mirante Social está disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/mirante-social>.

III.1.1.2.2.1.4 Transmissão das sessões dos órgãos colegiados pelo YouTube

Em função das medidas voltadas à mitigação da transmissibilidade da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), em especial a suspensão das sessões presenciais do Tribunal Pleno e das Câmaras, promoveu-se a utilização de ferramenta tecnológica para realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do TCE/BA, com a transmissão em tempo real pela plataforma de vídeo do YouTube, vide <https://www.youtube.com/channel/UCevNep2dR-2J6YCPwKyDBlw>.

III.1.1.2.2.1.5 Página no Portal do TCE/BA para acompanhamento das ações relacionadas ao enfrentamento da COVID-19

No trimestre foi atualizada a página Portal do TCE/BA para acompanhamento das ações relacionadas ao enfrentamento da COVID-19.



Nessa página pode-se acessar [os preços das aquisições do Estado da Bahia](#), [o painel comparativo de preços de unidades da federação](#), [o painel de indicadores por UF, Item e Fornecedor](#), [o mapa de preços pesquisados por UF](#), [o painel de itens comprados com o mesmo fornecedor em mais de uma UF](#), [o painel de preços mínimos, médios e máximo por item](#), [os dados do painel em formato de planilha eletrônica](#), e [os dados do painel em formato aberto \(CSV\)](#).

Além disso, disponibiliza informações sobre a Auditoria de acompanhamento das ações realizadas pelo Estado da Bahia para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, Processo nº TCE/003682/2020 e os Pareceres técnicos do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e legislação pertinente, vide <https://www.tce.ba.gov.br/covid-19>.

O trabalho de compilação das informações, bem como a sua atualização, é realizado por servidores da Superintendência Técnica (SUTEC), do Centro de Estudos e Desenvolvimento de tecnologias para a Auditoria (CEDASC) e do Núcleo de Informações Estratégicas e Inteligência para a Auditoria (NIE).

III.1.1.2.2.1.6 Publicações

III.1.1.2.2.1.6.1 Relatório de Atividades e Prestação de Contas do TCE/BA



No dia 01/11/2021, cumprindo o quanto determinado pelo art. 14 da Lei Complementar nº 05/1991, o TCE/BA entregou à ALBA e publicou em seu Portal o Relatório de Atividades do 3º trimestre do exercício de 2021.

Todos os Relatórios de Atividades e Prestações de Contas, desde 2001, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.tce.ba.gov.br/institucional/transparencia/trimestral-de-atividades>.

III.1.1.2.2.1.6.2 Relatórios Estatísticos da Ouvidoria

Além da Carta de Serviços da Ouvidoria com informações quanto aos serviços

oferecidos, requisitos de acesso, prazos e forma de comunicação com os manifestantes, disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/carta-de-servicos-da-ouvidoria#conteudo>>, no mês subsequente a finalização de cada trimestre, é publicado o Relatório Estatístico Trimestral da Ouvidoria e o Relatório de Atividades da Ouvidoria, que apresentam informações do atendimento realizado.

Os relatórios relativos ao 3º trimestre de 2021, publicados no período em apreço, estão, respectivamente, disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/relatorios-estatistico>> e <<https://www.tce.ba.gov.br/institucional/ouvidoria/relatorios-de-acoas>>.

III. 1.1.2.2.2 Transparência Passiva

A Ouvidoria do TCE/BA é uma unidade dedicada ao atendimento dos grupos de interesses externos que solicitam informações, suscitam dúvidas ou ofereçam denúncias relativas às atividades finalísticas do Tribunal. No 4º trimestre de 2021, a Ouvidoria recebeu **97** manifestações, discriminadas na tabela 6, por tipo de demanda.

Tabela 6 – Tipos de demandas registradas

TIPO	QUANTITATIVO	%
Solicitação de Informação	52	53,61
Manifestação de Denúncia	30	30,93
Manifestação de Reclamação	6	6,19
Outras Manifestações	9	9,27
TOTAL	97	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2021 (Ouvidoria).

Em relação ao meio de acesso à Ouvidoria, o Portal foi o mais utilizado, com 34,02%, conforme relacionado na tabela 7.

Tabela 7 – Meios de contatos utilizados

MEIO DE ACESSO	QUANTITATIVO	%
Portal	33	34,02
Correio Eletrônico	28	28,87
Telefone	20	20,62
Aplicativo de celular WhatsApp	13	13,40
Presencial	2	2,06
Aplicativo TCE Cidadão	1	1,03
TOTAL	97	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2021 (Ouvidoria).

A maioria das demandas foi procedente de pessoa física, representando 60,82%, como apresentado na tabela 8.

Tabela 8 – Perfil do demandante

PERFIL	QUANTITATIVO	%
Pessoa física	59	60,82
Anônimo	29	29,90
Pessoa jurídica	9	9,28
TOTAL	97	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2021 (Ouvidoria).

As **97** manifestações recebidas pela Ouvidoria foram respondidas no trimestre. Cumpre registrar que, além dessas demandas, a Central de Atendimento prestou **75** informações imediatas, as quais não demandam registro no Sistema. Assim, o total de atendimentos prestados pela Ouvidoria no trimestre alcançou a quantidade de **172**.

III.1.1.2.2.2.1 Pesquisa de Opinião sobre os serviços da Ouvidoria

O grau de satisfação do usuário dos serviços da Ouvidoria do TCE/BA foi avaliado por meio de ferramenta de pesquisa de opinião, cujos principais resultados estão apresentados a seguir:

- ➔ **Satisfação dos usuários com a qualidade do atendimento:** dentre os usuários que responderam à pesquisa de satisfação, **100%** classificaram o atendimento como “ótimo”;
- ➔ **Satisfação dos usuários quanto ao tempo de resposta às demandas:** **57,14%** dos usuários declararam que receberam a resposta em prazo menor do que esperava e 42,86% que chegou no tempo esperado;
- ➔ **Satisfação dos usuários com a qualidade das respostas às demandas:** 100% consideraram como satisfatória a resposta recebida.

III.1.1.2.3 Iniciativa Estratégica 6: Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados

III.1.1.2.3.1 Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON)

Criada em 16/08/1992, a ATRICON atua com o intuito de garantir a representação, a defesa, o aperfeiçoamento e a integração dos Tribunais de Contas e de seus Membros, visando aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade. Entre as diversas atividades realizadas em parceria com a ATRICON no trimestre, destacam-se as desenvolvidas no âmbito da Rede Nacional de Informações Estratégicas (Rede InfoContas), da Rede Integrar e o Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 01/2018.

III.1.1.2.3.1.1 2º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas

O 2º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC), promovido pela ATRICON, aconteceu, de forma híbrida, entre os dias 09 e 12/11/2021, na sede do TCE/PB e teve como tema “*Os Tribunais de Contas e o mundo em transformação*”.

O evento reuniu ministros do TCU e conselheiros de todos os Tribunais de Contas do país, incluindo os do TCE/BA, além de convidados internacionais e autoridades. Fruto desse encontro, foi publicada a carta de João Pessoa, que apresenta a síntese das diretrizes estabelecidas nas conferências e debates realizados, disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/ii-congresso-internacional-dos-tribunais-de-contas-publica-carta-de-joao-pessoa>> e <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidente-do-tce-pb-sauda-participantes-do-citc-e-diz-que-o-mundo-tecnologico-fortalece-os-tribunais>>.

III.1.1.2.3.1.2 Rede Nacional de Informações Estratégicas (Rede InfoContas)



A Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas), criada por Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 02/07/2013, com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle externo, é integrada pelas Unidades de Informações Estratégicas dos Tribunais de Contas brasileiros signatários do referido instrumento.

A equipe do TCE/BA continua atuando na coordenação do grupo de trabalho para desenvolvimento do Projeto de Matriz de Risco de Credores. O grupo conta com a participação voluntária de integrantes dos Núcleos de Informações Estratégicas de Tribunais dos Estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio Grande do Sul.

Os resultados alcançados com o Projeto da Matriz de Risco de Fornecedores foram apresentados e disponibilizados durante o encontro da Rede InfoContas, realizado no dia 09/11/2021, de modo remoto, durante a preparação para o 2º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC).

III.1.1.2.3.1.3 Rede Integrar

A Rede Integrar teve sua origem com o encerramento do Projeto Integrar, em novembro de 2020, um acordo de cooperação técnica firmado entre o TCU e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Rede Integrar foi formalizada por meio de acordo de cooperação técnica entre o TCU, a ATRICON, o Instituto Rui Barbosa (IRB) e os diversos tribunais estaduais e municipais, com o objetivo de fortalecer a atuação coordenada do controle externo brasileiro e contribuir para o aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas descentralizadas no País, tendo como referencial teórico inicial os produtos gerados pelo Projeto Integrar.

No 4º trimestre, foi concluída a metodologia de análise de indicadores de 2º nível e a definição dos requisitos para construção do painel de análise, relacionados com a metodologia para definição de objetos de auditoria de políticas públicas multinível a partir de indicadores. A principal contribuição

do TCE/BA nesse trabalho foi o desenvolvimento do Painel de Indicadores em Power BI para apoiar a metodologia de seleção.

III.1.1.2.3.1.4 Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 01/2018

O Acordo de Cooperação Técnica – ACT nº 01/2018 – firmado entre a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional; o Ministério da Economia; os Tribunais de Contas, representados pela ATRICON; e o IRB tem por objeto fomentar a transparência da gestão fiscal, apoiar o exercício do controle social, racionalizar os custos de controle e regulação, reduzir as divergências e duplicidades de dados e informações, promover a transferência de conhecimentos e harmonizar conceitos e procedimentos entre os entes governamentais na aplicação de normas atinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal.

Foram criados oito subgrupos de trabalho e o TCE/BA integra o grupo GT3 – SIAFIC, que trata dos requisitos mínimos de qualidade dos Sistemas Integrados de Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

No trimestre, foi iniciada a definição das estratégias para realizar a fiscalização dos entes, em 2022, sobre a adequação dos seus sistemas.

III.1.1.2.3.2 Instituto Rui Barbosa (IRB)

O TCE/BA é membro titular do IRB, que é uma associação civil de estudos e pesquisas, responsável por realizar capacitações, seminários e encontros, visando aprimorar as atividades exercidas nos Tribunais de Contas do país.

Ao longo do 4º trimestre, ocorreram reuniões virtuais do Comitê de Auditoria do IRB, com a participação de representantes do TCE/BA.

De acordo com a sua portaria de nº 16/2019, o IRB estabeleceu o processo de recepção dos pronunciamentos profissionais da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) na estrutura das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

O alinhamento das NBASP com os pronunciamentos profissionais da INTOSAI é essencial para garantir que os trabalhos de fiscalização dos Tribunais de Contas do Brasil tenham um padrão de excelência internacionalmente aceito.

Nesse sentido, durante trimestre, o Comitê de Auditoria do IRB homologou a consulta pública das normas NBASP 3910 – Conceitos Centrais para Auditoria Operacional e 3920 – O Processo de Auditoria Operacional, que trazem orientações para as auditorias operacionais. Além disso, fez levantamento das normas de auditoria para tradução no ano de 2022.

III.1.1.2.3.3 Ouvidorias dos Tribunais de Contas

Em outubro de 2021, a Ouvidoria do TCE/BA participou de quatro encontros virtuais, com as Ouvidorias de todos os Tribunais de Contas do Brasil, para apresentação e discussão de suas realizações, objetivando a consecução dos critérios constantes no Marco da Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que será aplicado em 2022.

Nas reuniões foram debatidos os seguintes temas:

- ➔ regulamentos de Ouvidoria: Resolução própria ou outro regramento, que trate das competências, atribuições, estrutura, pessoal, definição de metas, definições de prazos, conceitos e funcionamento;
- ➔ Resolução própria ou outro regramento, que regule a Lei 13.460/2017 e Lei 12.527/2011;
- ➔ disponibilização e atualização da Carta de Serviço do Usuário do Serviço Público;
- ➔ Ouvidorias em relação às suas Ações de Controle Social e Transparência Pública – Boas práticas e fluxo de trabalho destas unidades em relação às manifestações recebidas.

III.1.1.2.3.4 União Nacional dos Taquígrafos (UNATAQ/CNLE)



O setor de Taquigrafia do TCE/BA participou do 21º Encontro Nacional de Taquigrafia Parlamentar e Judiciária (UNATAQ), evento que ocorreu paralelamente à 24ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE), durante os dias de 24 a 26/11/2021, Campo Grande (MS). Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/profissionais-de-taquigrafia-participam-do-21-unataq>>.

III.1.1.2.3.5 Rede de Controle da Gestão Pública na Bahia

A Rede de Controle da Gestão Pública na Bahia constitui-se de um colegiado

composto por entidades públicas, tendo por objetivo aprimorar o controle da gestão pública.



No dia 10/12/2021, a Rede promoveu um evento virtual para celebrar o Dia Internacional de Combate à Corrupção, transmitido por meio da plataforma Teams, com a participação do Ministério Público Federal (MPF), da Controladoria-Geral da União (CGU), do TCU, do

TCE/BA, do TCM/BA, do MP/BA e da União das Controladorias Internas do Estado da Bahia (UCIB). Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/rede-de-controle-na-bahia-promove-evento-online-pelo-dia-internacional-contra-a-corrupcao-nesta-sexta-feira>> e <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-exibe-video-durante-live-da-rede-de-controle>>.

Por fim, no dia 13/12/2021, ocorreu a última reunião da Rede para avaliar as realizações do exercício de 2021 e traçar as perspectivas para 2022.

III.1.1.2.3.6 Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA)



Os presidentes do TCE/BA e do TCM/BA, Conselheiros Gildásio Penedo Filho e Plínio Carneiro, assinaram, no dia 22/12/2021, o Convênio de Cooperação Técnica que visa garantir o acesso e a utilização dos serviços, pelos Conselheiros e servidores do TCM/BA, à Biblioteca

Adhemar Martins Bento Gomes. A iniciativa faz parte do projeto Livro Aberto,

criado pelo TCE/BA com o objetivo de disseminar, para toda a sociedade, o conhecimento sobre o controle externo, direito, administração pública, contabilidade, economia, finanças públicas, entre outras. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/acordo-amplia-acesso-de-servidores-do-tcm-a-biblioteca-do-tce-ba>>.

III.1.1.2.3.7 Acordos de Cooperação e parcerias na área de Educação Corporativa

No 4º trimestre de 2021, o TCE/BA renovou as parcerias, dando continuidade ao planejamento e execução de ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional, com a Escola de Contas do TCM/BA, com a Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, com o Comitê de Aperfeiçoamento Profissional do IRB, com a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE/BA), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA), e com a Universidade Corporativa do Serviço Público da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN/BA).

A parceria com o Comitê de Aperfeiçoamento Profissional do IRB possibilitou a participação do Conselheiro do TCE/BA e Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB, Inaldo Araújo, como mediador, da Live Comemorativa aos 48 anos do IRB, em 15/10/2021, com o título “Proposta para Reforma do Sistema Orçamentário Constitucional”, transmitida pelo Canal da Escola de Gestão Pública (EGP)/TCE-PR no YouTube.

É importante registrar também a participação de dois servidores e um colaborador da ECPL como editores, representantes do TCE/BA, no Comitê da

Revista Técnica dos Tribunais de Contas (RTTC) e no Comitê dos Trabalhos Científicos do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) de 2021. A RTTC foi lançada no dia 11/11/2021 no II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC).

No período, também, foram realizadas duas edições do Projeto CooperAção – Planejamento e Controle, em parceria com a UCS/SEPLAN.

Com a PGE/BA, foi promovido o Fórum “O Papel dos Tribunais de Contas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, em 03/11/2021, parceria com o TCM/BA e a Associação Cultural Brasil Estados Unidos (ACBEU) e, a 8ª Edição do Projeto Política Públicas: A Arte do Encontro, em 10/12/2021.

Essas ações estão detalhadas no Item III. 1.3.1.2.

A inovação, introduzida no 4º trimestre de 2021, foi a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Bahia (UFBA), visando à seleção de alunos e a realização de Curso de especialização em Auditoria e Avaliação da Gestão Pública.

O curso terá 80 vagas e será realizado na Modalidade Híbrida (presencial e a distância), no período março de 2022 a agosto de 2023, com carga horária de 474 horas.

III. 1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

A Perspectiva Processos Internos engloba atividades relativas ao aprimoramento dos processos de trabalho, tanto da área meio quanto da área finalística do TCE/BA, contemplando três objetivos estratégicos.

III. 1.2.1 Objetivo 3: Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão

O objetivo estratégico 3 é composto por duas iniciativas estratégicas, sendo direcionado para a estruturação, monitoramento e aperfeiçoamento das atividades e dos projetos do TCE/BA. Tal objetivo abrange todas as unidades do TCE/BA, já que possui como objeto o funcionamento e organização das atividades contínuas e pontuais realizadas no Tribunal.

III. 1.2.1.1 Iniciativa Estratégica 7: Implantar a Gestão de Processos de Trabalho do TCE/BA

No trimestre, a gestão de processos de trabalho, coordenada pela Diretoria de Gestão Estratégica (DGE), consistiu-se na implementação da sistemática de gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externo, apresentada no item III. 1.2.2.1, bem como o controle de prazos dos processos da administração nas unidades técnicas do TCE/BA, cujo tempo máximo de permanência no setor está demonstrado no quadro 6. Registre-se que, mensalmente, é encaminhando aos responsáveis o monitoramento do fluxo dos processos da administração em sua unidade.

Quadro 6 – Prazos de permanência dos processos da administração

NATUREZA	PRAZO (dias)			
	GAPRE	ATEJ	GCAP	GEARQ
Processos da Administração	30	30	15	15

Fonte: Anexo II, da Resolução nº 083/2020.

III. 1.2.1.2 Iniciativa Estratégica 8: Implantar a Gestão de Portfólios e Projetos do TCE/BA

Durante o trimestre deu-se continuidade ao acompanhamento dos projetos em andamento, entretanto as ações para aprimorar a gestão de Portfólios e Projetos foram adiadas em virtude das limitações impostas pelas ações de combate ao novo Coronavírus (COVID-19).

III. 1.2.2 Objetivo 4: Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo

O objetivo estratégico 4 é composto pela iniciativa estratégica 10, tendo como foco a aplicação de maior celeridade às ações de Controle Externo, para que, ao final da implementação do Planejamento Estratégico 2018-2021, este Tribunal garanta o princípio constitucional da duração razoável do processo, conforme os prazos detalhados no quadro 7.

Quadro 7 – Prazos para apreciação dos Processos de Controle Externo

NATUREZA	PRAZO PARA APRECIÇÃO
Contas de Governo	60 dias
Processos de Contas	Até o final do exercício seguinte ao da autuação
Auditorias Concomitantes	180 dias
Consultas	90 dias

NATUREZA	PRAZO PARA APRECIÇÃO
Denúncia	270 dias
Recursos	120 dias
Reclamação	270 dias
Embargos de Declaração	120 dias
Termos e Prestações e Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	365 dias
Atos de Pessoal	120 dias
Medidas Cautelares	60 dias

Fonte: PE 2018-2021 e Resolução ATRICON nº 01/2014.

III. 1.2.2.1 Iniciativa Estratégica 9: Implantar sistemática de gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externo

A sistemática, implantada em 2018, contempla a determinação, monitoramento e avaliação das **Metas Institucionais**, relacionadas ao julgamento de processos, considerando a natureza e o ano de autuação, aprovadas no Plano Tático, e as **Metas Setoriais** de instrução inicial dos Processos de Contas, de realização de Auditorias Concomitantes e de tempo máximo de permanência dos processos nas unidades técnicas, consignadas no Plano Operacional Anual (POA). A Resolução nº 083/2020 aprovou, para o exercício de 2021, 20 Metas Institucionais (Anexo I) e o POA 2021 (Anexo II).

III. 1.2.2.1.1 Monitoramento das Metas Institucionais 2021

No trimestre, a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) divulgou mensalmente o controle das apreciações e julgamentos realizados, por meio de Painel de Monitoramento das Metas Institucionais, bem como encaminhou à Presidência análise dos principais empecilhos que contribuíram para que

algumas Metas apresentassem um estágio de execução inferior ao esperado para o período.

O desempenho verificado até 31/12/2021 está apresentado no quadro 3, do item III. 1, supra.

III. 1.2.2.1.2 Monitoramento das Metas Setoriais 2021

III. 1.2.2.1.2.1 Instrução inicial dos Processos de Contas

As instruções iniciais dos Processos de Contas, concluídas até o final do 4º trimestre de 2021, estão listadas, por Unidade Jurisdicionada (UJ), no quadro 8.

Quadro 8 – Instrução inicial dos Processos de Contas, por UJ (POA 2021)

UNIDADE JURISDICIONADA	PRAZO
ADAB	04/2021
AGERSA, Gabinete do Governador, PC (Despesa de Caráter Sigiloso), SDR, SSP (Despesa de Caráter Sigiloso)	05/2021
IRDEB, PM, SDE, SEAGRI, SECTI, SEFAZ, SETRE, SETUR, SJDHDS, UNEB	06/2021
AGERBA, CERB, CONDER, DETRAN, HEMOBA, PC, SESAB, SUDESB, SSP, UESB	07/2021
FAPESB, FUNDAC, SAEB, SECULT, TJ	08/2021
MP	09/2021
CAR, SEC	10/2021
FLEM, PRODEB, SERIN	12/2021

Fontes: Monitor das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO) e Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) em 03/01/2022.

A instrução da Prestação de Contas da ALBA, programada inicialmente para ser concluída em dezembro de 2021, foi adiada para o exercício de 2022.

III. 1.2.2.1.2.2 Realização de Auditorias Concomitantes

Em 31/12/2021, duas Auditorias Concomitantes estavam em andamento e 31 haviam sido concluídas, conforme especificado, por natureza, no quadro 9.

Quadro 9 – Auditorias Concomitantes, por natureza (POA 2021)

NATUREZA	ANDAMENTO	CONCLUÍDA
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	1	11
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal	0	3
Acompanhamento das Licitações, Contratações Diretas e Contrato	0	1
Acompanhamento de Concessões	0	2
Cálculo do IPM	0	1
Especial	0	1
Monitoramento	1	1
Operacional Ambiental	0	2
Projetos Co-Financiados com Recursos Externos	0	7
Termo de Contrato de Gestão	0	2
TOTAL	2	31

Fontes: Sistemas de Gerenciamento de Auditoria (SGA) e Monitor das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO), em 03/01/2022.

O objeto de todas as Auditorias Concomitantes está detalhado no apêndice H.

III. 1.2.2.1.2.3 Tempo máximo de permanência dos processos nas unidades

Além do controle da fase processual de instrução inicial dos Processos de Contas e das Auditorias, descrito acima, a sistemática de gerenciamento de prazos determina, em dias, a duração máxima de permanência dos processos nas unidades técnicas, conforme sintetizado no quadro 10.

Quadro 10 – Prazos de permanência nas unidades técnicas, por natureza

NATUREZA	PRAZO (dias)				
	GAPRE	Gabinetes de Conselheiros	MPC	Gerências de Controle Externo	ATEJ
Processos de Contas	-	40	50	100	50
Auditorias Concomitantes	-	30	50	90	50
Consultas	30	-	30	-	30
Recursos	-	30	-	-	-
Reclamações	30	-	-	-	-
Recursos e Reclamações	-	-	50	50	60
Denúncia	-	30	30	40	30
Atos de Pessoal	-	30	90	90	90
Termos e Prestações de Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	-	40	60	120	70
Embargos de Declaração	-	30	50	-	50
Medidas Cautelares	-	20	20	-	20

Fonte: Anexo II, da Resolução nº 083/2020.

Visando auxiliar os servidores na gestão dos processos, mensalmente, foi encaminhando, aos responsáveis, o Painel de Monitoramento Setorial que

registra o desempenho da unidade, bem como o alerta com as datas limites para tramitação dos processos.

III. 1.2.2.2 Indicadores Estratégicos do Objetivo 4

A implementação da sistemática, no 4º trimestre de 2021, resultou nos seguintes indicadores estratégicos de desempenho:

Quadro 11 – Indicadores de desempenho do objetivo estratégico 4

NATUREZA	% DE APRECIÇÕES TEMPESTIVAS		% DE ESTOQUE NO PRAZO		% DE REDUÇÃO DE ESTOQUE	
	META PREVISTA 2021	META REALIZADA	META PREVISTA 2021	META REALIZADA	META PREVISTA 2021	META REALIZADA
Contas de Governo	100%	100%	100%	100%*	100%	100%
Processos de Contas	70%	55%	84%	71%	52%	43%
Auditorias Concomitantes	67%	13%	100%	42%	53%	52%
Consultas	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Denúncia	95%	87%	100%	94%	79%	94%
Recursos	23%	15%	14%	13%	95%	41%
Reclamação	100%	43%	100%	0%	100%	71%
Embargos de Declaração	33%	88%	92%	60%	92%	40%
Termos e Prestações e Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	70%	20%	53%	41%	53%	32%
Atos de Pessoal	33%	63%	88%	11%	88%	33%
Medidas Cautelares	100%	0%	100%	0%	100%	67%

Fonte: PROInfo. *Quando não existe estoque no final do exercício, considera-se 100%.

III. 1.2.3 Objetivo 5: Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo de contas

O objetivo estratégico 5, em análise ampla, é complementar ao Objetivo estratégico 4, e vice-versa, tendo como alvo a qualificação das ações de Controle Externo, apresentando duas iniciativas estratégicas para o exercício.

III. 1.2.3.1 Iniciativa Estratégica 10: Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria

III. 1.2.3.1.1 Sistema de Controle de Qualidade da Auditoria

O Comitê, designado pelo Ato nº 079/2019, iniciou, no 2º trimestre, os trabalhos para verificar a garantia da qualidade das auditorias do TCE/BA, a partir das informações contidas no Sistema de Gestão de Auditoria (SGA), visando avaliar a aderência às normas pertinentes.

No último trimestre do exercício, foram finalizadas as avaliações da garantia da qualidade de quatro auditorias, concluindo as sete avaliações programadas para 2021.

III. 1.2.3.2 Iniciativa Estratégica 11: Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados

No exercício de 2020, foi concluído pela equipe, constituída por representantes dos Gabinetes de Conselheiro, do Ministério Público de Contas do Estado da Bahia (MPC/BA) e da Gerência de Jurisprudência e Informações Processuais (GERIN), a revisão e atualização do anteprojeto de resolução,

autuado sob o nº TCE/011652/2019, que visa regulamentar a constituição e sistematização da padronização e uniformização das decisões do TCE/BA e dispõe sobre elaboração de Acórdãos e Resoluções. O referido processo encontra-se disponível para apreciação pelo Tribunal Pleno.

III. 1.3 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Perspectiva Aprendizado e Crescimento possui como foco o desenvolvimento técnico e gerencial dos membros e servidores do TCE/BA, assim como o desenvolvimento tecnológico da organização, para que a combinação entre o aprimoramento do corpo funcional, somado ao dos sistemas de informação, promovam o efetivo funcionamento da organização. Tal Perspectiva é composta por dois objetivos estratégicos.

III. 1.3.1 Objetivo 6: Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados

O objetivo estratégico 6 possui três iniciativas estratégicas, tendo como alicerces principais a implantação da política de gestão de pessoas e o aprimoramento da gestão estratégica do TCE/BA.

III. 1.3.1.1 Iniciativa Estratégica 12: Implantar Política de Gestão de Pessoas

No 4º trimestre, o Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) vinculado à Coordenação de Recursos Humanos (CRH), no âmbito da implementação da Política de Gestão de Pessoas do TCE/BA, desenvolveu as seguintes atividades:

- ➔ continuação do Programa de Desenvolvimento da Liderança 2021, em parceria com a ECPL, visando alinhar a realização das iniciativas do Plano Estratégico 2018-2023 do TCE/BA, relacionadas a implantação da Política de Gestão de Pessoas e ao Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas;
- ➔ planejamento e realização de homenagem especial no Dia do Servidor Público, no âmbito do Programa de Reconhecimento de Servidores do TCE/BA;
- ➔ realização de projeto-piloto para testes do Sistema de Gestão por Competências (GCA);
- ➔ atualização da pesquisa referente à situação do esquema vacinal dos servidores;
- ➔ início da elaboração de estudos, visando a revisão do plano de cargos e carreira dos servidores do TCE/BA, em cumprimento ao Ato nº 138, de 24/11/2021;
- ➔ reestruturação da Pesquisa de Clima Organizacional do TCE/BA para aplicação no exercício de 2022.

III. 1.3.1.1.1 Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC)

A Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC), regulamentada pela Resolução nº 81/2017, visa garantir aos servidores do TCE/BA o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança, inserido no art. 7º da Constituição Federal.

III. 1.3.1.1.1.1 Programa de Controle Médico de Saúde

No período, foram mantidos os atendimentos presenciais médicos, odontológicos, bem como o acompanhamento psico-social aos servidores do

TCE/BA, sem prejuízo dos atendimentos remotos pelos médicos do SEMED, sobretudo quanto ao esclarecimento de dúvidas e realização de consultas sobre sintomas e ações a serem tomadas, quanto ao contágio pelo novo Coronavírus.

III. 1.3.1.1.1.2 Campanhas e Palestras na área de saúde, bem-estar e direitos humanos

Durante o 4º trimestre, no âmbito das ações com foco na promoção da saúde, bem-estar e direitos dos membros e servidores do TCE/BA, foram realizadas as seguintes atividades:



[tce-ba-adere-ao-dia-nacional-de-combate-a-obesidade](https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-adere-ao-dia-nacional-de-combate-a-obesidade)>;

- ➔ **Dia do Servidor:** o TCE/BA realizou, no dia 28/10/2021, atividades em homenagem aos servidores, com a palestra motivacional “Vamos falar de propósito? O que lhe motiva para levantar todos os dias?” com Cláudia Saad e a apresentação do Coral Vozes do TCE-TCM/BA. Vide <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/dia-do-servidor-tce-ba-homenageia-servidores-com-entrega-de-placas-e-palestra-motivacional>>;

- ➔ **Campanha Novembro Azul:** o TCE/BA aderiu à campanha que visa conscientizar a população masculina sobre a importância da prevenção contra o câncer de próstata e o seu diagnóstico precoce, disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-apoia-campanha-novembro-azul-de-prevencao-ao-cancer-de-prostata>;

- ➔ **Campanha de Solidariedade SOS Enchentes:** que teve como resultado a doação de uma grande quantidade de donativos em favor das famílias prejudicadas pelas fortes chuvas no interior da Bahia, especialmente nas regiões sul e extremo-sul, vide <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/enviada-a-posto-de-arrecadacao-parcela-inicial-de-produtos-doados-em-campanha-sos-enchentes>.



III. 1.3.1.2 Iniciativa Estratégica 13: Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Em cumprimento ao Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do TCE/BA, aprovado pela Resolução Normativa nº 053/2021, a Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL) coordenou o Plano de Capacitação para o desenvolvimento dos Membros, servidores e estagiários do TCE/BA, que contemplou, no 4º trimestre de 2021, (1) Cursos e Capacitações; (2) Programa Políticas Públicas: A Arte do Encontro; (3) Programa TCE em Debate; (4) CooperAção: Planejamento e Controle; (5) Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES); (6) Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos e (7) Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior.

As atividades relacionadas aos Cursos e Capacitações, ao Programa Políticas Públicas: A Arte do Encontro, ao Programa TCE em Debate e ao CooperAção: Planejamento e Controle estão apresentadas no quadro 12.

Quadro 12 – Ações de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	DATA	CARGA HORÁRIA	Nº DE INSCRITOS
Programa de Desenvolvimento de Lideranças do TCE/BA (turma 2)	04 e 6/10/2021	8h	51
Curso Kubernetes: Orquestração de Ambientes Escaláveis	07 e 14/10/2021	20h	11
Palestra Novidades no Mirante: Nova versão de Trilha de acumulação de Cargos, com uso de Inteligência Artificial	13/10/2021	2h	61
Mais informações em https://www.tce.ba.gov.br/noticias/live-aborda-nova-versao-de-trilha-de-acumulacao-de-cargos-com-uso-de-inteligencia-artificial			
TCE em Debate – 3ª edição: Distribuição do ICMS Segundo o Desempenho em Políticas Públicas	15/10/2021	2h	59
Mais informações em https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-em-debate-especialistas-debatem-distribuicao-do-icms-em-politicas-publicas			
CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª edição: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas – 1º Módulo: Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas	27/10/2021	2h	126
Disponível na íntegra em https://www.youtube.com/watch?v=7mm6Jsd5cUc e mais informações em https://www.tce.ba.gov.br/noticias/segunda-edicao-do-cooperacao-planejamento-e-controle-aborda-indicadores-e-seu-uso-no-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-2			
Palestra Dia do Servidor: Vamos Falar de Propósito? O que lhe motiva para levantar todos os dias?	28/10/2021	2h	108
Disponível na íntegra em https://www.youtube.com/watch?v=ILRxWYJ27ac e mais informações em https://www.tce.ba.gov.br/noticias/dia-do-servidor-sera-celebrado-com-palestra-e-musica			
Fórum O Papel dos Tribunais de Contas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03/11/2021	3h	145
Disponível na íntegra em https://www.youtube.com/watch?v=iiWJbne8xTk e mais informações em https://www.tce.ba.gov.br/noticias/parceria-entre-tce-pge-e-acbeu-visa-ao-desenvolvimento-sustentavel			

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	DATA	CARGA HORÁRIA	Nº DE INSCRITOS
Palestra: Você, do TCE/BA, está seguro no mundo digital?	10/11/2021	1h	137
Mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/palestra-voce-do-tce-esta-seguro-no-mundo-digital-3 >			
CooperAÇÃO: Planejamento e Controle – 2ª edição: Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação das Políticas Públicas – 2º Módulo: Avaliação das Políticas Públicas	22/11/2021	2h	94
Disponível na íntegra em < https://www.youtube.com/watch?v=n_hPAgxCK8g > e mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/segunda-edicao-do-cooperacao-planejamento-e-controle-aborda-indicadores-e-seu-uso-no-monitoramento-e-avaliacao-de-politicas-publicas-3 >			
Apresentação da Sistematização do Projeto Gestão do Conhecimento no TCE/BA	23/11/2021	1h	80
Mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/servidores-conhecem-espaco-online-onde-e-possivel-compartilhar-conteudos >			
Capacitação SharePoint (três turmas)	29 e 30/11/2021 01 a 07/12/2021	48h	48
Palestra Novidades no Mirante – Paineis de compras com possíveis sobrepreços, com uso de inteligência artificial	01/12/2021	1h	82
Mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/inteligencia-artificial-cedasc-apresenta-painel-de-compras-com-possiveis-sobreprecos >			
Projeto Políticas Públicas: A Arte do Encontro – 8ª edição: Liderança Inovadora e Transformação Cultural – Para além do digital	09/12/2021	2h	83
Disponível na íntegra em < https://www.youtube.com/watch?v=m047O1cZUYE > e mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/8-edicao-do-politicas-publicas-a-arte-do-encontro-aborda-lideranca-inovadora-e-transformacao-cultural >			
TOTAL		94h	1.085

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.1 Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES)

No período a ECPL deu continuidade ao acompanhamento das bolsas de estudo inseridas no âmbito do Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES).

Em 31/12/2021, encontravam-se vigentes duas bolsas de estudo para curso de pós-graduação e uma bolsa de estudo para curso de graduação, listadas, respectivamente, nos quadros 13 e 14.

Quadro 13 – Bolsas de estudo para Curso de Pós-graduação vigentes

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
Carlos Maurício Aouad Campos	CEDASC/GITI	Analista de Suporte	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Data Science & Analytics (Modalidade online)	Centro Universitário SENAI CIMATEC
Morgana Bellazzi de Carvalho*	Gabinete de Conselheiro	Auditora de Contas Públicas	Doutoramento em Direito Público: Estado Social, Constituição e Pobreza	Universidade de Coimbra/Portugal

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

*Bolsa de estudo com prazo ampliado por determinação da presidência.

Quadro 14 – Bolsas de estudo para cursos de graduação vigentes

NOME	LOTAÇÃO	CARGO	CURSO	INSTITUIÇÃO
Dalva Andrade Erdens	7ª CCE	Auditora Estadual de Controle Externo	Direito (2ª graduação)	Faculdade Batista Brasileira

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.2 Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos

No 4º trimestre de 2021, houve 15 participações de servidores em ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional externa, custeadas pelo TCE/BA, conforme quadro 15.

Quadro 15 – Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos

EVENTO EXTERNO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	Nº DE PARTICIPANTES
Root Cause Analysis	Canadian Audit and Accountability Foundation	04 a 08/10/2021	Modalidade Online	1
Curso da EFD-Reinf e da DCTFWeb	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS EDITORA LTDA – EPP	17 a 19/11/2021	Modalidade Online	3
II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	Assoc. Dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil	09 a 12/11/2021	Modalidade Híbrido João Pessoa/PB	3
Análise de dados educacionais: aplicando evidências na gestão pública	Open Knowledge Brasil	15/11 a 12/12/2021	Modalidade Online	4
PPP Américas 2021	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	09 e 10/12/2021	São Paulo/SP	1
XXIV Conferência Nacional da UNALE e XXI Encontro Nacional da UNATAQ-BRASIL	UNALE	24 a 26/11/2021	Campo Grande/MT	1
Plataforma P3C	NECTA COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA	23 e 24/11/2021	Modalidade Híbrido	1

Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Gestão de Resíduos Sólidos no Estado da Bahia	(Sindicato Nacional das Empresas de Limpeza Urbana) SELURB	09/12/2021	SELURB	1
TOTAL				15

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.3 Ensino à Distância

O quadro 16 informa o quantitativo de servidores que concluíram cursos online, disponibilizados por meio das ferramentas de comunicação utilizadas pela ECPL.

Quadro 16 – Ensino à Distância

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PROMOTOR DO EVENTO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES
XIV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS “O MPC E OS ODS”	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS	2
AÇÃO EDUCACIONAL “DIÁLOGO PÚBLICO TCU + CIDADES NOVAS LEIS DE LICITAÇÕES”	INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA (TCU)	1
EVENTOS NACIONAIS DA REDE DE CONTROLE	INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA (TCU)	1
AÇÃO EDUCACIONAL “LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DIVERSAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO	TCU	2
AÇÃO EDUCACIONAL: SIAPC 2021	TCE/RS	2
16 CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	INSTITUTO NEGOCIOS PUBLICOS	1

CURSO FORM CONT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	MINISTERIO PUBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE	1
CURSO GESTÃO DE COMPORTAMENTOS NAS ORGANIZAÇÕES	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	1
TARDES DE CONHECIMENTO 18 ED	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PUBLICAS	1
AÇÃO EDUCACIONAL: WEBECONFERENCIA "O RACISMO E O DIREITO A PARTIR DO ROMANCE" MARROM E AMARELO	TCE/RS	1
AÇÃO EDUCACIONAL: WEBECONFERENCIA TRANSPARÊNCIA DA VACINAÇÃO COVID-19 NO RS: ANÁLISE DOS RESULTADOS FINAIS	TCE/RS	1
CASES: EXPERIÊNCIAS NO COMBATE AO DESCARTE IRREGULAR NA CIDADE DE BELO HORIZONTE E SUA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PUBLICAS	1
AÇÃO EDUCACIONAL: PESQUISA SOBRE GESTÕES MUNICIPAIS 2020	TCE/RS	3
XII EDUCONTAS – ENCONTRO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS ESCOLAS DE CONTAS	TCE/RS	2
O CURSO ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	6
CURSO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
CURSO FORM CONT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E A FUNÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO	MINISTÉRIO PUBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE	1
CURSO PROBLEM-SOLVING SKILLS	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PUBLICA	1
AÇÃO EDUCACIONAL: SEMINÁRIO: INSPEÇÃO	TCU	1

ACREDITADA DE PROJETOS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA		
AÇÃO EDUCACIONAL: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DIVERSAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO	TCU	1
AÇÃO EDUCACIONAL: DIÁLOGO PÚBLICO TCU +CIDADES NOVA LEI DE LICITAÇÕES – PLANEJAMENTO: ESSENCIAL PARA BOA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	TCU	2
AÇÃO EDUCACIONAL: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TCU	1
CURSO PRIMEIROS PASSOS EM LICITAÇÕES: HABILITAÇÃO EM LICITAÇÕES	TCE/PR	1
COMO REALIZAR REGISTRO DE PREÇOS? - NOÇÕES BÁSICAS	TCE/PR	1
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS 2021: DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	TCE/PR	1
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS 2021: PROJETO BÁSICO – TERMO DE REFERÊNCIA	TCE/PR	1
FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	TCE/PR	1
CURSO GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	TCU	1
WEBINAR: A NOVA LEI DE LICITAÇÕES: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PUBLICAS	1
EVENTO: B, X, Y E Z NO TRABALHO O SUCESSO EM EQUIPE COM AS DIFERENTES GERAÇÕES	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PUBLICAS	1
EVENTO: TARDES DE CONHECIMENTO – 18ª EDIÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PUBLICAS	1
A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – PLANEJAMENTO	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E	1

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONTAS PÚBLICAS	
NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: INOVAÇÕES E IMPACTOS	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS	1
EVENO: CONTRIBUIÇÕES DA ERGONOMIA PARA O TELETRABALHO	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS	2
24ª CONFERENCIA NACIONAL DA UNALE: RENDESENHANDO OS CAMINHOS DO PALARMENTO'	UNALE	1
ENCONTRO NACIONAL DE TAQUIGRAFIA	UNALE	1
FINANÇAS PÚBLICAS	FGV	1
ESTRATEGIA DE NEGÓCIOS	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – ATOS ADMINISTRATIVOS	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – CONTROLE EXTERNO	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – BENS PÚBLICOS	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIDORES PÚBLICOS	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – TIPOS DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	TCE/PR	1
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – O QUE É REGIME JURÍDICO DE DIREITO ADM?	TCE/PR	1

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO – CONTROLE INTERNO	TCE/PR	1
AÇÃO EDUCACIONAL: V FÓRUM NACIONAL DE CONTROLE – EDUCAÇÃO PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	TCU	1
CURSO ASPECTOS RELEVANTES DO CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	TCE/CE	2
CURSO CONHECENDO OS BALANÇOS DO SETOR PÚBLICO	TCE/CE	2
CURSO MUNDO CONECTADO – MANUAL DE SOBREVIVÊNCIA	TCU	1
CURSO ESTRUTURAS DE GESTÃO PÚBLICA	TCU	1
III EDIÇÃO DO GLOBAL FORUM: FRONTEIRAS DA SAUDE 2021	INSTITUTO LADO A LADO PELA VIDA	1
CURSO IN COMPANY SBGC ONLINE: GESTÃO DO CONHECIMENTO: CONCEITOS E PRÁTICAS	SOCIENADE BRASILEIRA DE GESTÃO DE CONHECIMENTO	1
I ENCONTRO COM MPC	AMPCON	2
1º WEBNÁRIO DO PLANO ESTADUAL DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO MROSC: CAMINHOS PARA O MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS EFICIENTE	SAEB	1
“CASES: EXPERIÊNCIAS NO COMBATE AO DESCARTE IRREGULAR NA CIDADE DE BH E SUA APLICAÇÃO EM SERV. E OBRAS DE ENGENHARIA”	ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS	1
WEBCONFERÊNCIA: TRIBUNAL DE CONTAS E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL	TCE/RS	1
AÇÃO EDUCACIONAL: CAPACITAÇÃO DE	TCE/RS	1

CONTROLES INTERNOS SOBRE A LEI ANTICORRUPÇÃO		
WEBINÁRIOS GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL: GESTÃO DE CIDADES E INOVAÇÃO	TCM/BA	2
CURSO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
I FÓRUM REDE DE CONTROLE NA BAHIA	TCU	1
WEBCONFERÊNCIA: TRANSPARÊNCIA DA VACINAÇÃO COVID-19 NO RS: ANÁLISE DOS RESULTADOS FINAIS	TCE/RS	1
TARDES DE CONHECIMENTO – 18ª EDIÇÃO	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES.	1
AÇÃO EDUCACIONAL XI ENCONTRO TÉCNICO E II ENCONTRO VIRTUAL DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	TCU	1
EVENTO GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES	1
AÇÃO EDUCACIONAL: TRANSPARÊNCIA DA VACINAÇÃO COVID-19	TCE/RS	2
EVENTO CASES: EXPERIÊNCIAS NO COMBATE AO DESCARTE IRREGULAR NA CIDADE DE BH E SUA APLICAÇÃO EM SERV. E OBRAS DE ENGENHARIA	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES	1
AÇÃO EDUCACIONAL: PESQUISAS SOBRE GESTÕES MUNICIPAIS 2020	TCE/RS	1
EVENTO: TARDE DE CONHECIMENTO – 18ª EDIÇÃO	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES	1
AÇÃO EDUCACIONAL: ENCONTRO NACIONAL DOS TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DAS ESCOLAS DE CONTAS	TCE/RS	1
AÇÃO EDUCACIONAL: O RACISMO E O DIREITO A	TCE/RS	1

PARTIR DO ROMANCE ‘MARROM E AMARELO’		
AÇÃO DE EDUCAÇÃO SIAPC 2021	TCE/CE	1
CURSO AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO (NBASP E NBC TASP) – MÓDULO III – EXECUÇÃO DO TRABALHO – (PARTE 1), NBC – TA/ISA GRUPOS 500 E 600 (NBASP/ISSAI GRUPO 2500 E 2600)	INSTITUTO RUI BARBOSA	2
CURSO AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO (NBASP E NBC TASP) – MÓDULO II – PLANEJAMENTO DO TRABALHO, NBC-TA/ISA GRUPOS DE 300 E 400 (NBASP-ISSAI GRUPOS 2300 E 2400)	INSTITUTO RUI BARBOSA	1
CURSO AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO (NBASP E NBC TASP) – MÓDULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO, NBASP/ISSAI 100 E NBC-TA/ISA GRUPO 200 (NBASP/ISSAI GRUPO 2200)	INSTITUTO RUI BARBOSA	2
CURSO AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO (NBASP E NBC TASP) – MÓDULO V	INSTITUTO RUI BARBOSA	1
WEBINAR: “O PAPEL DA LIDERANÇA NA PROMOÇÃO DA SAÚDE BIOPSISSOCIAL”	TCM/SP	1
WEBINAR: INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES	1
EVENTO: “NOVAS REFLEXÕES SOBRE O PACTO GLOBAL DAS ODS DA ONU”	ESCOLA DE GESTÃO E CONTAS PÚBLICAS CONS. EURÍPEDES SALES	1
CURSO: NORMAS ANTICORRUPÇÃO, ANTISUBORNO E COMPLIANCE PÚBLICO	FGV	1
CURSO: DIREITO TRIBUTÁRIO	FGV	1
INTENSIVÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA	NÃO IDENTIFICADO	1
CURSO “OUTORGA DE RECURSOS HÍDRICOS”	ENVIPRO SOLUÇÕES E TREINAMENTOS	1

PALESTRA MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	PGE/BA	1
PALESTRA EVENTO NACIONAL DAS REDES DE CONTROLE	TCU	1
AÇÃO EDUCACIONAL "DIÁLOGO PÚBLICO TCU +CIDADES NOVA LEI DE LICITAÇÕES - PLANEJAMENTO: ESSENCIAL PARA BOA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS"	TCU	1
CURSO "FORM CONT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E A FUNÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (T 2) - EAD"	MP/RN	1
CURSO GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	TCU	1
CURSO: GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	TCU	1
FORMAÇÃO FERRAMENTAS DE APOIO Á INVESTIGAÇÃO DEDICADA À CIÊNCIA VITAI	FORMAÇÕES IIIUC	1
CURSO: MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	ENAP	1
AÇÃO EDUCACIONAL: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: DIVERSAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO	TCU	1
AÇÃO EDUCACIONAL: DIÁLOGO PÚBLICO TCU +CIDADES NOVA LEI DE LICITAÇÕES – PLANEJAMENTO: ESSENCIAL PARA BOA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	TCU	1
AÇÃO DE EDUCACIONAL: SIAPC 2021	TCE	1
XIX SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS - "OBRAS PÚBLICAS: NOVOS DESAFIOS"	IBRAOP	2

CURSO AUTOINSTRUCIONAL FINANÇAS PÚBLICAS	FGV	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL DIREITO TRIBUTÁRIO	FGV	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	FGV	1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL NORMAS ANTICORRUPÇÃO ANTISUBORNO E COMPLIANCE PÚBLICO	FGV	1
XXI ETAQ DA UNATAQ-BRASIL E NA XXIV CONFERÊNCIA NACIONAL DA UNALE	ENCONTRO NACIONAL DE TAQUIGRAFIA	4
XIX SIMPOSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PUBLICAS "OBRAS PUBLICAS: NOVOS DESAFIOS"	IBRAOP	2
IX FÓRUM JURÍDICO DE LISBOA	INSTITUTO DE CIÊNCIA-JURIDICO-POLÍTICAS DE LISBOA	1
CURSO MÓDULO EAD – GESTÃO DE PROJETOS EM SAÚDE	INSTITUTO ISRAELITA DE ENSINO E PESQUISA	1
CURSO DE GESTÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	TCU	1
CURSO "EFD-REINF E DCTFWEB PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS/AO VIVO PELO MRICOSOFIT TEAMS"	OPEN TREINAMENTOS E EDITORA CERTIFICA	3
EVENO TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS: PARCERIAS COM O 3º SETOR	TCE/PR	1
XIX SIMPOSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS: "OBRAS PÚBLICAS: NOVOS DESAFIOS"	TCU	5
PERITO JUDICIAL, ADMINISTRADOR E GESTOR JUDICIAL	CRA/ BA	1
CURSO SEGURANÇA EM TECNOLOGIA DA	FUNDAÇÃO BRADESCO	1

INFORMAÇÃO	
TOTAL	142

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.4 Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior

Durante o 4º trimestre, a ECPL realizou o acompanhamento do Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Superior, estando em atividade um estagiário, lotado no SERAS, ao final do exercício.

É importante registrar que, por conta da Pandemia do Coronavírus, não houve processo seletivo para renovação do quadro de estagiários. Dessa forma, não havia estagiários de ensino médio no período.

III. 1.3.1.3 Iniciativa Estratégica 14: Implantar sistemática de monitoramento dos Planos Estratégico, Tático e Operacional

III. 1.3.1.3.1 Plano Operacional Anual do exercício 2021 (POA 2021)

Durante os meses de outubro e novembro de 2021, a versão final do Relatório Anual de Monitoramento do POA 2021, com coleta referente ao período de 1º/01 até 31/08/2021, foi concluída e compartilhada com os Gestores do TCE/BA.

Em sua construção, foi apresentado o desdobramento dos componentes do nível estratégico até as ações correlatas do nível operacional, dando enfoque ao progresso e análise das Iniciativas Operacionais mais críticas para o alcance dos indicadores do Plano Estratégico.

III. 1.3.1.3.1.1 Repactuação do Plano Operacional (POA 2021)

Nos meses de outubro e novembro, a fase de repactuação do POA 2021 foi concluída, cujas etapas e prazos estão regulamentados no artigo 8º da Resolução nº 083/2020, que aprovou as Diretrizes para o Planejamento Operacional e para o Sistema de Avaliação de Desempenho do exercício de 2021.

Assim, após os chefes imediatos e mediatos das unidades solicitarem e aprovarem, respectivamente, os ajustes de suas iniciativas, a DGE elaborou o Parecer sobre as Alterações do POA 2021, contendo os ajustes registrados no Sistema MAESTRO até 15/10/2021, acompanhados de análise da sua repercussão no nível estratégico.

O referido Parecer foi aprovado por meio do Ato da Presidência nº 127, de 04/11/2021, que contemplou, também, a aprovação do registro do POA 2021.

III. 1.3.1.3.2 Planejamento 2022

III. 1.3.1.3.2.1 Plano Tático 2022

Em novembro e dezembro de 2021, foi elaborada a proposta de Iniciativas Estratégicas Priorizadas e as Metas Institucionais para o exercício 2022 do TCE/BA, sendo aprovada, em 14/12/2021, por meio da Resolução nº 92/2021, que discorre sobre as Diretrizes para o Planejamento Operacional e para o Sistema de Avaliação de Desempenho do exercício de 2022 (Plano Tático 2022) e dá outras providências.

Entre as outras providências referentes ao Planejamento do exercício 2022, constam orientações para autuação, instrução e tramitação de processos do Controle Externo, além da primeira versão do Plano Operacional Anual do exercício 2022 – detalhado no tópico a seguir – e da relação das unidades jurisdicionadas que terão processos de contas do exercício de 2021 constituídos pelo TCE/BA.

III. 1.3.1.3.2.2 Plano Operacional Anual do exercício 2022

Para a elaboração do Plano Operacional Anual do exercício 2022, as informações cabíveis contidas nos Relatórios de Monitoramento e de Repactuação do POA 2021 foram utilizadas como insumos, sendo convertidas em análises e propostas de Iniciativas. Porém, os principais insumos da primeira versão do POA 2022, em virtude da mudança de ciclo estratégico, foram as Metas e Indicadores Estratégicos constantes da revisão e atualização do Plano Estratégico para o próximo biênio.

Diante de tal contexto, durante o mês de novembro de 2021, as unidades foram consultadas quanto à proposta do POA 2022 e as iniciativas operacionais acordadas foram consolidadas, por Iniciativa Estratégica, no Anexo II da proposta de Plano Tático 2022, aprovado por meio da Resolução nº 92/2021.

III. 1.3.2 Objetivo 7: Ampliar o uso dos Sistemas de Informação

O objetivo estratégico 7 é voltado para a maximização do uso e da estruturação das informações disponíveis e úteis ao TCE/BA, não só por meio do desenvolvimento tecnológico de sistemas, como também pela melhor organização e fluidez das informações nas suas diversas unidades, tanto nas atividades-meio quanto nas finalísticas do TCE/BA, sendo composto por duas iniciativas estratégicas.

III. 1.3.2.1 Iniciativa Estratégica 15: Intensificar o uso de Informações Estratégicas

III. 1.3.2.1.1 Desenvolvimento de ações de inteligência para a atividade do Controle Externo

Os relatórios de inteligência fazem parte da nova estratégia do Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) para se aproximar da realidade do controle externo e promover maior eficiência dos trabalhos realizados. Por meio do relatório, verificam-se os indícios encontrados nas trilhas de auditoria, ou decorrentes de outras fontes, validando-se os dados.

Ao longo de 2021, o NIE trabalhou no desenvolvimento de um modelo preditivo de risco para convênios, com o apoio de uma empresa especializada em análise de dados e *machine learning*, especialmente contratada para apoiar na aceleração do desenvolvimento deste tipo de solução no TCE/BA. O modelo preditivo desenvolvido será utilizado na Matriz de Convênios para o ano de 2022.

Dando continuidade a esse trabalho, no 4º trimestre, o NIE realizou um trabalho para aumentar a quantidade e a qualidade das informações sobre convênios necessárias para o desenvolvimento do modelo preditivo. A melhoria foi obtida por meio de ajustes nos processos e sistemas do Tribunal com o objetivo de automatizar a obtenção dessas informações a partir dos

novos processos de análise de convênios. Os novos dados levantados serão utilizados no aperfeiçoamento do modelo preditivo em 2022.

III. 1.3.2.2 Iniciativa Estratégica 16: Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI

III. 1.3.2.2.1 Gestão de Sistemas

III. 1.3.2.2.1.1 Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante)



O Mirante é uma ferramenta desenvolvida pelo CEDASC que, recentemente passou a utilizar recursos de *Analytics*, em substituição ao *Business Intelligence (BI)*,

integrado às bases de dados de sistemas corporativos do Estado, com o objetivo de fornecer dados e informações para a tomada de decisões de planejamento e execução de auditorias do TCE/BA e para fins do controle interno exercido por diversas Secretarias do Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Poder Judiciário e Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a celebração de convênio com este Tribunal.

Com estes novos recursos os próprios auditores podem adicionar arquivos externos, sem necessidade de apoio da equipe da tecnologia da informação para cruzamentos com qualquer um dos conteúdos já existentes no Mirante.

Os cruzamentos e relatórios gerados podem ser visualizados, utilizando uma nova tecnologia de exibição, denominada Painéis, com variedade de representações gráficas, incluindo acompanhamento de metas,

referenciamento geográfico em mapas e análise em tempo real, que podem ser salvas em uma sequência lógica de apresentação, montando-se slides dinâmicos, nos quais o usuário conta, graficamente, a história de suas descobertas.

Durante o 4º trimestre de 2021 foi realizado projeto para cruzamento de dados dos convênios com as tipologias da nova matriz de risco de pessoa jurídica, visando novo modelo preditivo para exame de processos de convênios.

No período foram desenvolvidas, também, as seguintes atividades:

- ➔ implantação em ambiente de produção da nova trilha de auditoria de fracionamento da despesa pública através de dispensas de licitação;
- ➔ disponibilização de nova trilha de auditoria de acumulação de cargos, com uso de inteligência artificial;
- ➔ disponibilização de nova trilha de auditoria de indício de pagamento indevido com restituição de convênio;
- ➔ disponibilização, para homologação, da trilha de Ordem Cronológica de Pagamentos, em forma de relatório predefinido;
- ➔ homologação e carga dos dados de veículos, a partir de remessa do DETRAN/BA;

- ➔ implementação de solução para registro do número do processo/ordem de serviço, associado ao login do usuário do Mirante e as funcionalidades acessadas.

III. 1.3.2.2.1.2 Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA)



O SGA possui por objetivo básico melhorar o controle, o acompanhamento e a execução das auditorias realizadas pelo TCE/BA, por meio da automatização, padronização e racionalização dos procedimentos auditoriais.

Durante o 4º trimestre, criou-se o novo programa padrão “Contrato de Gestão” e o novo *checklist* sobre contrato de gestão, com o intuito de auxiliar o corpo técnico na análise desse tipo de instrumento.

Outrossim, foi realizada alteração no programa padrão “Pregão Presencial e Eletrônico”, de acordo com o texto da Lei nº 9.433/2005, alterada pela Lei nº 14.272/2020.

III. 1.3.2.2.1.3 Implementação de demandas corretivas e evolutivas

No 4º trimestre de 2021 foram implementadas 86 demandas corretivas nos Sistemas SGA, MAESTRO, PrestContas, SISCobra e Sisatos-Aposentadoria, bem como implementadas 32 demandas de melhorias, que correspondem a 260 Pontos de Função.

III. 1.3.2.2.2 Infraestrutura em TI

III. 1.3.2.2.2.1 Renovação da Infraestrutura de Rede Corporativa

A rede corporativa é o meio de interligação entre todos os equipamentos do *datacenter* e que permite a intercomunicação desses equipamentos com os dispositivos dos usuários, incluindo desktops, notebooks e smartphones.

As aquisições dos equipamentos da rede sem fio (WLAN) e da rede cabeada (LAN) atuais foram realizadas em momentos distintos, sendo que a maior parte dos equipamentos completaram 10 anos de uso em 2021, sendo imprescindível a troca, por questões de obsolescência tecnológica e por não ser mais possível a contratação de suporte técnico dos respectivos fabricantes.

Nesse contexto, foram realizados estudos técnicos, tendo como resultado a elaboração de termo de referência para a troca de todo o parque de equipamentos de rede. Esse termo contou com o aconselhamento técnico de empresa especializada e posteriormente foi encaminhado para a realização de procedimento licitatório.

Em dezembro, após a finalização do certame e contratação da empresa vencedora, foi realizada capacitação com 40 horas com a participação de toda a equipe técnica que fará a gestão do novo ambiente.

Os equipamentos foram entregues parcialmente no final do exercício e a instalação está prevista para ocorrer no decorrer do primeiro trimestre de 2022.

III. 1.3.2.2.2.2 Elaboração de Termo de Referência para aquisição de *Appliances de Backup*

Diante da necessidade de prover uma melhor segurança aos dados armazenados do TCE/BA, com maior proteção das cópias de segurança (*backups*) contra alterações indevidas ou indisponibilidade por conta de ataques de segurança, em especial os do tipo *ransomware*, bem como a necessidade de poder recuperar rapidamente esses dados armazenados em caso da ocorrência de um incidente de segurança no ambiente computacional, foram realizados estudos técnicos e análises de *Appliances de backup*.

Diversos fabricantes de soluções de armazenamento compatíveis com o *software de backup* em uso no TCE/BA apresentaram soluções. Após avaliação técnica dos recursos existentes em cada uma delas, as especificações foram definidas e alinhadas às reais necessidades do Tribunal, com a elaboração de Termo de Referência objetivando realizar a aquisição da solução, composta por dois equipamentos: um para ser instalado no *datacenter* do TCE/BA e outro no *datacenter* da PRODEB.

III. 1.3.2.2.2.3 Sistema de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas

O processo de implantação do Sistema de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas com suporte ao modelo de Gestão por Competências, encontra-se em andamento.

Dentre outras atividades, foram realizadas ações de análise e otimização dos recursos para a execução do sistema na infraestrutura do TCE/BA, ajustes para a integração com o padrão de autenticação da rede através do Microsoft Active Directory, sempre em alinhamento com área Recursos Humanos e a empresa contratada.

III. 1.3.2.2.2.4 Atualização automática de servidores Linux

Com o intuito de aumentar a proteção do ambiente tecnológico do TCE/BA, em especial os sistemas disponíveis para acesso externo, foram implantadas medidas para melhorar o processo de atualização automática dos servidores Linux.

Com as medidas, os sistemas hospedados neste ambiente, tais como Portal, PROInfo e outros, passam a contar com uma infraestrutura atualizada diariamente, de forma a reduzir os riscos de ameaças, principalmente aquelas decorrentes de versões desatualizadas de sistema operacional e seus componentes.

III. 1.3.2.2.2.5 Análise de Maturidade em Segurança da Informação

Com o apoio de empresa especializada, foi realizado diagnóstico das práticas e soluções de segurança da informação adotadas pelo Tribunal, visando identificar lacunas importantes que precisam ser tratadas para ampliar a segurança da informação no âmbito da instituição.

O trabalho revelou um bom nível de maturidade em segurança da informação no TCE/BA, principalmente no aspecto tecnológico e de medidas efetivas colocadas em prática para mitigar os riscos e ameaças.

Por outro lado, ainda há espaço para avançar nas medidas que envolvem conscientização e treinamento dos colaboradores da instituição para que tenham atitudes que reduzam os riscos cada vez maiores de sequestro de dados (*ransomware*) e outras ameaças, tendo sido realizado workshop "Você, do TCE/BA, está seguro no mundo digital?" para contemplar este aspecto.

III. 1.4 PERSPECTIVA RECURSOS

A Perspectiva Recursos, por fim, é a base do mapa estratégico, sendo essencial para o alcance das demais perspectivas. O seu principal foco é a otimização da estrutura física, financeira e de controle do TCE/BA.

Apenas a partir de tal aprimoramento será possível ocorrer o desenvolvimento do quadro funcional e tecnológico, o qual proporcionará o efetivo funcionamento dos processos internos, que, por sua vez, viabilizará o atendimento aos diferentes grupos de interesse externos do Tribunal.

A Perspectiva Recursos é composta por um objetivo estratégico.

III. 1.4.1 Objetivo 8: Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos

O objetivo estratégico 8 é o reflexo da sua perspectiva e serve como alicerce para o desenvolvimento dos outros objetivos estratégicos. Tal objetivo é composto por duas iniciativas estratégicas.

III. 1.4.1.1 Iniciativa Estratégica 17: Aperfeiçoar o ambiente físico

III. 1.4.1.1.1 Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia



O Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia (TCECO), desenvolvido em parceria com o TCM/BA, objetiva a adoção de práticas de preservação e sustentabilidade do meio ambiente,

correlacionando-se com o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, o qual, em suas diretrizes, estabelece que as Cortes de Contas devem proteger a natureza, reduzindo gastos.

Nesse sentido, visa, ainda, dar maior transparência à gestão dos próprios recursos, com base na premissa de que os Tribunais de Contas precisam ser referência em gestão para se legitimarem, ainda mais, como fiscais do erário, conforme apontamento da Atricon, no Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC).



Além disso, a implementação desse programa, em caráter permanente e contínuo, proporcionará ao TCE/BA o atendimento dos princípios da eficiência, eficácia e economicidade, norteadores da boa Administração Pública.

Em ato simbólico, que marcou a entrega das obras de acessibilidade na área externa do edifício-sede, os presidentes do TCE/BA e do TCM/BA, Conselheiros Gildásio Penedo Filho e Plínio Carneiro Filho, plantaram, no dia 22/12/21, duas mudas de árvores (uma de acácia amarela e uma de pau-brasil) no canteiro do estacionamento externo. Por conta do gesto simbólico de preservação ambiental, os presidentes receberam o Certificado do Programa Plante seu Futuro. Vide <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/plantio-de-arvores-marca-entrega-das-obras-de-acessibilidade-no-edificio-sede-do-tce-e-tcm>>.

III. 1.4.1.1.2 Melhorias na infraestrutura e nos bens do TCE/BA

Durante o trimestre, foi concluído o projeto de acessibilidade externa do edifício-sede do TCE/BA e TCM/BA.

III. 1.4.1.2 Iniciativa Estratégica 18: Desenvolver e implantar o modelo de monitoramento dos controles internos

III. 1.4.1.2.1 Controle Interno

No período, concluiu-se o desenvolvimento do Plano de Ação para implantação de novas funcionalidades e relatórios gerenciais, referentes ao controle de convênios, no Sistema E-Sol.

III. 1.4.1.2.2 Auditoria Interna (AUDIT)

Durante o 4º trimestre de 2021, a AUDIT desenvolveu as seguintes atividades:

- ➔ execução da Auditoria de Monitoramento da Execução da Folha de Pagamento do TCE/BA – 3º trimestre de 2021 (SGA 090/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Monitoramento das Recomendações anteriores da AUDIT e das Determinações da Presidência do TCE/BA (SGA 039/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Monitoramento da Execução da Folha de Pagamento do TCE/BA – 1º trimestre de 2021 (SGA 050/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Acompanhamento da Gestão Fiscal do TCE/BA (LRF) – 1º Quadrimestre de 2021 (SGA 051/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Monitoramento da Execução da Folha de Pagamento do TCE/BA – 2º trimestre de 2021 (SGA 064/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Operacional – DIRAD e do FUNTCE – 1º Semestre de 2021 (SGA 067/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Acompanhamento da Gestão Fiscal do TCE/BA (LRF) – 2º Quadrimestre de 2021 (SGA 079/2021);
- ➔ conclusão da Auditoria de Monitoramento da Execução da Folha de Pagamento do TCE/BA – 3º trimestre de 2021 (SGA 090/2021); e
- ➔ conclusão do Guia de Orientações Técnicas e Procedimentos da Auditoria Interna.

IV MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

O Ministério Público de Contas do Estado da Bahia (MPC/BA), ao longo do 4º trimestre de 2021, deu continuidade à análise de processos sujeitos a julgamento pelo TCE/BA, manifestando-se acerca das matérias de sua competência, como a seguir demonstrado.

Quadro 17 – Documentos produzidos pelo MPC/BA – 4º trimestre 2021

Parecer do Ministério Público		
Natureza	4º Tri	Acumulado
ADMISSÃO DE PESSOAL	16	33
APOSENTADORIA – APOSENTADORIA	73	197
APOSENTADORIA – NOVAÇÃO DE APOSENTADORIA	2	3
APOSENTADORIA – REVERSÃO/CASSAÇÃO	0	4
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	7	14
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1	6
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DAS LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES DIRETAS E CONTRATOS	1	2
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES	1	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE FOMENTO, TERMOS DE COLABORAÇÃO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO	0	2
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA	0	4
AUDITORIA DE ESCOPO ESPECÍFICO	2	3
AUDITORIA ESPECIAL	1	1
AUDITORIA OPERACIONAL EM ÓRGÃO E ENTIDADES	1	1

AUDITORIA – CÁLCULO DO IPM	1	1
AUDITORIA – PROJETOS COFINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	1	5
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIOS	0	1
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ATRIBUÍDOS A ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	33	122
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ESTADUAIS ATRIBUÍDOS A MUNICÍPIOS	29	135
CONSULTA	0	1
CONTRATO – ACOMPANHAMENTO DE CONTRATO	1	2
CONTRATO – TERMO DE CONTRATO	0	3
CONVÊNIO – TERMO DE CONVÊNIO	0	1
DENÚNCIA	5	32
DOCUMENTO – ACOMPANHAMENTO DE DECISÃO	1	7
DOCUMENTO – ENCAMINHAMENTO	1	2
DOCUMENTO – QUITAÇÃO	1	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	3	20
MANIFESTAÇÃO – MANIFESTAÇÃO DE DENÚNCIA	0	1
MEDIDA CAUTELAR	0	4
PENSÃO – PENSÃO ESPECIAL	6	7
PRESTAÇÃO DE CONTAS – DESPESA DE CARÁTER SIGILOSO	0	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – FORMALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS DO GOVERNADOR	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – ADMINISTRADOR	0	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO	1	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE FOMENTO	1	3

Parecer do Ministério Público		
Natureza	4º Tri	Acumulado
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESA	1	1
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6	44
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	4	23
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO	2	3
RECLAMAÇÃO	0	7
RECURSO – APELAÇÃO	14	54
RECURSO – APELAÇÃO OU REVISÃO	12	51
RECURSO – MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	1	1
RECURSO – REVISÃO	7	39
REFORMA	0	2
RESCISÃO DE JULGADO	1	10
REVISÃO ADMINISTRATIVA	2	2
REVISÃO DE APOSENTADORIA	0	1
TOMADA DE CONTAS – TERMOS DE FOMENTO	0	1
TOMADA DE CONTAS DE PREFEITURAS, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	1	3
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA	1	2
Subtotal 1:	242	874
Promoção Ministerial/Diligência		
Natureza	3º Tri	Acumulado
ADMISSÃO DE PESSOAL	0	1
APOSENTADORIA – APOSENTADORIA	3	12
APOSENTADORIA – REVERSÃO/CASSAÇÃO	0	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	0	6

AUDITORIA – AUDITORIA ESPECIAL	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DAS LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES DIRETAS E CONTRATOS	0	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES	0	2
AUDITORIA – AUDITORIA DE ESCOPO ESPECÍFICO	0	1
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM ÓRGÃO/ENTIDADES	0	1
AUDITORIA – PROJETOS COFINANCIADOS EM RECURSOS EXTERNOS	1	1
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIOS	0	1
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ATRIBUÍDOS A ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	10	49
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ESTADUAIS ATRIBUÍDOS A MUNICÍPIOS	8	21
DENÚNCIA	0	5
DOCUMENTO – ACOMPANHAMENTO DE DECISÃO	0	2
MEDIDA CAUTELAR	0	1
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7	15
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1	5
PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO	0	1
RECURSO – APELAÇÃO	3	7
RECURSO – APELAÇÃO OU REVISÃO	1	2
REVISÃO ADMINISTRATIVA	0	1
TOMADA DE CONTAS	1	1
TOMADA DE CONTAS – TOMADA DE CONTAS DE PREFEITURAS, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	1	1
Subtotal 2:	39	144
Total Geral	281	1.018

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo).

Além disso, o Órgão Ministerial empreendeu esforços no sentido de cumprir tanto as metas internas voltadas à redução sistemática do estoque de processos, quanto aquelas relacionadas às metas institucionais, previstas no Plano Tático para o exercício corrente.

Outrossim, os Membros do MPC/BA se fizeram presente em todas as sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno do TCE/BA, bem como representaram o *parquet* nos eventos descritos no quadro 18.

Quadro 18 – Representação Institucional 4º trimestre de 2021 (MPC/BA)

MEMBRO	EVENTO	LOCAL	DATA
Antônio Tarciso Souza de Carvalho	Reunião ordinária da Rede de Controle da Administração Pública	Não Informado	07/10/2021
	Solenidade de posse do Procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho	Sede do MPT/BA – 5ª Região	27/10/2021
	Solenidade de abertura da “Semana do Ministério Público”	Sede do MP/BA	30/11/2021

Fonte: Relatórios internos do MPC.

V. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

V.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE/BA

V.1.1 ORÇAMENTO DO TCE/BA

A Lei n.º 14.291 de 18/01/2021, publicada no DOE de 19/01/2021, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2021, estimou as receitas e fixou as despesas para TCE/BA em **R\$254.023.000,00**, sendo **R\$252.833.000,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e R\$1.190.000,00 para Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320/1964 e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 14.288, de 30/12/2020, e pelo Ato n.º 002, de 25/01/2021, do Presidente do Tribunal, que *“Aprova o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2021”*.

Entretanto, por meio do Decreto Financeiro nº 08 de 11/02/2021, incorporou ao orçamento do Tribunal, Superavit Financeiro da Fonte 300, o valor de R\$6.975.045,00.

Ressalta-se que, o referido Decreto autoriza a descentralização de crédito orçamentário da Fonte 100, no valor de R\$6.975.045,00, ao Poder Executivo Estadual, permanecendo o orçamento do Tribunal, no valor de R\$254.023.000,00.

Para fazer face às despesas do Tribunal, foram autorizados, no exercício de 2021, os Decretos Financeiros:

- ➔ **nº 49 de 21/07/2021:** autorizou a abertura de crédito adicional suplementar, para o TCE/BA, no valor de **R\$3.690.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 313 (superavit financeiro do FUNTCE);
- ➔ **nº 83, de 08/11/2021:** autorizou a abertura de crédito adicional suplementar, para o Tribunal, no valor de **R\$250.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 326 (superavit financeiro do FUNTCE); e
- ➔ **nº 103 de 17/12/2021:** autorizou a abertura de crédito adicional suplementar, para o TCE/BA, no valor de **R\$3.790.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 100.

Os créditos suplementares referentes aos decretos financeiros supracitados foram incorporados ao orçamento do exercício de 2021, modificando o orçamento inicial do Tribunal para o montante de **R\$261.753.000,00**.

A movimentação orçamentária e financeira, durante o 4º trimestre, encontra-se apresentada na sequência.

V.1.2 QUADRO DE COTAS

A Diretoria do Tesouro repassou ao TCE/BA o montante de **R\$62.007.000,00** para o período de outubro a dezembro do corrente exercício, mediante Autorizações de Repasse de Recursos (ARRs), vinculadas a Pessoal e Encargos Sociais e Demais Despesas, Fonte 100. Destaca-se que os valores referentes às Fontes 113 e 126 correspondem a recursos de terceiros e não se encontram inseridos no mencionado montante, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 09 – Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)

VINCULAÇÃO RECURSO	FONTE	PREVISTO		RECEBIDO	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal	100	51.962.000,00	88,84	55.752.000,00	89,83
Demais despesas	100	6.255.000,00	10,70	6.255.000,00	10,07
SUBTOTAL		58.217.000,00	99,54	62.007.000,00	99,90
FUNTCE	113	220.000,00	0,38	59.291,56	0,10
FUNTCE	126	50.000,00	0,08	0,00	0,00
TOTAL		58.487.000,00	100,00	62.066.291,56	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

A diferença de **R\$3.790.000,00** entre os recursos previstos e os recebidos, vinculados a Pessoal e Encargos, decorre do Decreto Financeiro nº 103 de 17/12/2021, que autorizou a abertura de crédito suplementar para o Tribunal com recursos provenientes da Fonte 100.

V.1.3 DESPESA EMPENHADA

A despesa empenhada, no 4º trimestre de 2021, atingiu o montante de **R\$16.546.788,40** até 31/12/2021, visando atender a compromissos relativos à prestação de serviços ao Tribunal.

Desdobrando a despesa empenhada, por projeto/atividade, no 4º trimestre, tem-se:

Tabela 10 – Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	
	R\$	%
Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo	138.858,14	0,84
Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação -	0,00	0,00
Capacitação Técnico-Profissional do TCE	0,00	0,00
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	844.824,33	5,11
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	66.934,99	0,40
Administração de Pessoal e Encargos	2.765.413,75	16,71
Encargos com Benefícios Especiais	3.050,30	0,02
Assistência Médica aos Servidores Públicos e seus Dependentes/ PLANSEV	13.080,63	0,08
Reforma do Prédio Sede do Tribunal de Contas do Estado	46.644,46	0,28
Publicidade de Ato Oficial do Órgão – Comunicação Legal	76.171,24	0,46
Auxílios Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	16.500,24	0,10
Operação de Sistema de Informação do Tribunal de Contas do Estado	99.012,13	0,60
Capacitação de Gestores e Servidores Públicos do Estado	0,00	0,00
Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	267.620,49	1,62
Administração de Pessoal e Encargos do Controle Externo Estadual e Conselheiros	10.322.716,33	62,38
Gestão do Controle Externo das Contas Públicas Estaduais	65.042,64	0,39
Implementação de Solução Tecnológica de Informação	1.749.400,00	10,57
Administração de Bolsa Complementar de Estagiário	0,00	0,00
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Promoção de Evento de Interação com o Cidadão e Sociedade Civil	0,00	0,00
Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do Tribunal de Contas do Estado	0,00	0,00
Promoção de Ações de Valorização do Servidor	62.392,86	0,38
Implementação de projeto de Gestão do Conhecimento	9.125,87	0,06
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes	0,00	0,00
TOTAL	16.546.788,40	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

V.1.4 DESPESA PAGA

Os pagamentos relativos à execução orçamentária do exercício, no 4º trimestre, atingiram **R\$93.542.250,68** e estão apresentados na tabela 11.

Tabela 11 – Detalhamento da despesa paga (TCE/BA)

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA PAGA	
	R\$	%
Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo	286.985,14	0,31
Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação	570.020,94	0,61
Capacitação Técnico-Profissional do TCE	91.520,65	0,10
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	3.124.078,71	3,34
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	336.351,86	0,36
Administração de Pessoal e Encargos	17.835.402,62	19,07
Encargos com Benefícios Especiais	4.674,18	0,00
Assistência Médica aos Servidores Públicos e seus Dependentes/PLANSERV	527.311,59	0,56
Reforma do Prédio Sede do TCE	427.964,27	0,46
Publicidade de Ato Oficial – Comunicação Legal	661,96	0,00
Auxílios Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	2.761.342,26	2,95
Operação de Sistema de Informação do Tribunal de Contas do Estado	535.678,75	0,57
Capacitação de Gestores e Servidores Públicos do Estado	0,00	0,00
Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	634.274,72	0,68
Administração de Pessoal e Encargos do Controle Externo Estadual e Conselheiros	64.666.246,98	69,13
Gestão do Controle Externo das Contas Públicas Estaduais	74.757,46	0,08
Implementação de Solução Tecnológica de Informação	1.520.312,00	1,62
Administração de Bolsa Complementar de Estagiário	2.954,40	0,00
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Promoção de Evento de Interação com o Cidadão e Sociedade Civil	0,00	0,00
Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do Tribunal de Contas do Estado	0,00	0,00
Promoção de Ações de Valorização do Servidor	62.392,86	0,07
Implementação de projeto de Gestão do Conhecimento	43.874,87	0,05
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes	35.444,46	0,04
TOTAL	93.542.250,68	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

A execução orçamentária da despesa acumulada, até o 4º trimestre, totalizou **R\$257.038.554,10**, correspondendo a 98,20% do total do Orçamento (**R\$261.753.000,00**).

A tabela 12 demonstra os pagamentos efetuados por grupo/elemento de despesa.

Tabela 12 – Detalhamento da despesa paga por grupo/elemento (TCE/BA)

GRUPO /ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA PAGA	
	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS	82.501.649,60	88,20
Pessoal Ativo – TCE/BA	82.501.649,60	88,20
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.312.938,73	8,89
Contribuições – Planserv	527.311,59	0,56
Serviços Terceiros – P. Jurídica	1.190.118,15	1,27
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.205.748,47	1,29
Diárias	67.480,64	0,07
Material de Consumo	162.845,71	0,18
Locação de Mão de obra	2.294.935,82	2,45
Passagens e Despesas com Locomoção	22.172,47	0,03
Contribuições	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	37.910,58	0,04
Serviços Terceiros – P. Física	2.400,00	0,01
Obrigações Tributárias e Contributivas	0,00	0,00
Auxílio-transporte	19.842,05	0,02
Auxílio-alimentação	2.742.054,61	2,93
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	40.118,64	0,04
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	2.727.662,35	2,91
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	773.219,00	0,83
Obras e Instalações	427.964,27	0,45
Equipamentos e Material Permanente	1.526.479,08	1,63
TOTAL	93.542.250,68	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade/SEFAZ.

V.1.5 DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante a cargo do Tribunal, inscrita em Restos a Pagar e Depósitos do exercício de 2020 foi de **R\$1.498.881,83**, Fonte 100, sendo pago o valor de **R\$1.310,613,79** e cancelado o montante de **R\$82.602,16**, restando um saldo de **R\$105.665,88**.

V.2. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)

O art. 279 do Regimento Interno do TCE/BA (RITCE/BA) estabelece que a administração financeira do FUNTCE obedece, no que couber, às disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da legislação sobre contratos e licitações, bem como às instruções fixadas por este Tribunal.

No que se refere às receitas do FUNTCE, o art. 278 do RITCE/BA determina que serão recolhidas à conta do Fundo, por meio de Documento Especial de Recolhimento (DER), de acordo com o código específico. A Resolução nº 98/2006 regulamenta o funcionamento do FUNTCE.

V.2.1 ORÇAMENTO DO FUNTCE

A Lei nº 14.291 de 18/01/2021, publicada no DOE de 19/01/2021, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2021, estimou as receitas e fixou as despesas do FUNTCE em **R\$2.656.000,00**, que estão alocadas nos Projetos/Atividades: **5060** – Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo, **7885** – Realização de Concurso Público, **5699** – Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do Tribunal de Contas do Estado, **5701** – Promoção de Ações de Valorização do Servidor, **5702** – Implementação de Projeto de gestão do Conhecimento, conforme detalhamento da tabela 13.

Tabela 13 – Orçamento do FUNTCE

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Projeto 5060 – Aparelhamento de Unidade do Poder legislativo		
Equipamento e Material Permanente	50.000,00	1,88
SUBTOTAL	50.000,00	1,88
Projeto 7885 – Realização de Concurso Público		
Outros Serviços de Terceiros – PJ	610.000,00	22,97
SUBTOTAL	610.000,00	22,97
Projeto 5699 – Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do Tribunal de Contas do Estado		
Serviços de Consultoria	1.390.000,00	52,33
Obrigações Tributárias e Contributivas	310.000,00	11,67
SUBTOTAL	1.700.000,00	64,01
Projeto 5701 – Promoção de Ações de Valorização do Servidor		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	136.000,00	5,12
SUBTOTAL	136.000,00	5,12
Projeto 5702 – Implementação de Projeto de Gestão do Conhecimento		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	78.000,00	2,93
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	60.000,00	2,26
Obrigações Tributárias e Contributivas	22.000,00	0,83
SUBTOTAL	160.000,00	6,02
TOTAL	2.656.000,00	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade/SEFAZ.

Foram publicados, para custear as despesas com ampliação, modernização e reforma das instalações e na aquisição de equipamentos e soluções tecnológicas, os **Decretos Financeiros de nº 49 de 21/07/2021**, que autorizou a abertura de crédito adicional suplementar para o Tribunal no valor de **R\$3.690.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 313, e o de **nº 83, de 08/11/2021**, que autorizou a abertura de crédito adicional suplementar para o Tribunal no valor de **R\$250.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 326, ambos como superavit financeiro do FUNTCE.

Ressalta-se que os referidos Decretos acrescentaram ao orçamento inicial do FUNTCE o valor de **R\$3.940.000,00**, o qual alcançou ao final do exercício o montante de **R\$6.596.000,00**.

V.2.2 RECEITA REALIZADA

No transcurso do 4º trimestre de 2021, foram realizadas receitas no montante de **R\$240.320,35**, distribuídas na forma da tabela 14.

Tabela 14 – Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)

MÊS	RECEITA REALIZADA				
	MULTAS	OUTROS	FINANCEIRAS	TOTAL	%
OUTUBRO	18.367,80	0,00	19.204,72	37.572,52	15,63
NOVEMBRO	17.006,59	0,00	20.067,76	37.074,35	15,43
DEZEMBRO	19.917,17	4.000,00	141.756,31	165.673,48	68,94
TOTAL	55.291,56	4.000,00	181.028,79	240.320,35	100,00
%	23,01	1,66	75,33	100,00	

Fonte: Extratos Bradesco.

A receita no valor de R\$4.000,00 é referente ao prêmio IAF de Educação Fiscal 2021, recebido pelo TCE/BA, em decorrência da versão digital do jogo Você Gestor, descrito no item II. 3. 1 do presente Relatório.

V.2.3 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Em 31/12/2021, a disponibilidade financeira do FUNTCE alcançou o montante de **R\$14.861.474,88**, que se encontra depositado no Banco Bradesco segundo a forma apresentada na tabela 15.

Tabela 15 – Disponibilidade financeira (FUNTCE)

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Contas Correntes	1,00	0,00
Aplicações Financeiras	14.861.473,88	100,00
TOTAL	14.861.474,88	100,00

Fonte: Extratos Bradesco.

V. 2.4 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A tabela 16 apresenta resumidamente a movimentação financeira do período.

Tabela 16 – Movimentação financeira (FUNTCE)

DESCRIÇÃO	VALOR
	R\$
Saldo bancário em 30/09/2021	3.393.279,76
(+) Receitas outubro de 2021	
- depósitos (multas)	18.367,80
- rendimento de aplicação financeira	19.204,72
- estorno tarifa bancária manutenção c/c	-
(-) Despesas de outubro de 2021	
- material de processamento de dados, proc. 7571/2021	(8.250,00)
- locação de equipamentos e software, procs. 8020 e 8021/2021	(77.196,30)
- aquisição de mobiliários, proc. 7955/2021	(144.152,00)
- aperfeiçoamento, treinamento e capacitação de pessoal, proc. 7792/2021	(34.749,00)
Saldo em 31/10/2021	3.166.504,98
(+) Receitas novembro de 2021	
- depósitos (multas)	17.006,59
- rendimento de aplicação financeira	20.067,76
- estorno tarifa bancária manutenção c/c	-
(-) Despesas de novembro de 2021	
- aperfeiçoamento, treinamento e capacitação de pessoal, proc. 8615/2021	(4.000,00)
- adiantamento de despesas, proc. 8904/2021	(2.600,00)
- aquisição de equipamentos, proc. 8909/2021	(16.580,00)
- aquisição de equipamentos de informática, proc. 9002/2021	(101.998,98)
- aquisição de equipamentos de informática, proc. 9051/2021	(95.895,00)
- tarifa bancária manutenção c/c	-

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Saldo em 30/11/2021	2.982.505,35
(+) Receitas dezembro de 2021	
- depósitos (multas)	19.917,17
- rendimento de aplicação financeira	141.756,31
- prêmio IAF de educação fiscal 2021	4.000,00
- saldo existente na conta 980730-6, FUNTCE-BB	9,40
(+) Devolução de adiantamento, Neuza Adorno	353,84
(+) Transferência da conta de autenticação do Banco do Brasil para a conta do Funtce no Banco do Brasil	13.808.767,58
(-) Despesas de dezembro de 2021	
- locação de equipamentos e software, proc. 9365/2021	(38.598,15)
- aquisição de equipamentos sonoros, proc. 9575/2021	(1.974,00)
- aperfeiçoamento, treinamento e capacitação de pessoal, procs. 9711/2021, 9750/2021, 9565/2021, 9756/2021 e 9879/2021	(78.395,86)
- aquisição de equipamentos, procs. 9726/2021, 9965/2021 e 9974/2021	(34.045,00)
- aquisição de mobiliários, proc. 9779/2021	(55.125,00)
- aquisição de equipamentos de informática, procs. 10004/2021, 9987/2021 e 10146/2021.	(1.023.466,76)
- aquisição e manutenção de softwares, proc. 10146/2021	(838.910,00)
- aquisição de materiais de informática, proc. 10223/2021	(25.320,00)
- tarifa bancária manutenção c/c	-
Saldo em 31/12/2021	14.861.474,88

Fonte: Extratos Bradesco.

A receita na referida movimentação financeira deu-se em virtude do registro das multas, premiação IAF e de aplicações financeiras.

Os pagamentos efetivados, obedecendo a Resolução nº 98/2006, foram destinados a atender a despesas do TCE/BA com a ampliação e a modernização dos serviços de informática e comunicação integrada (art. 274, I), reforma e adaptação das instalações do Tribunal (art. 274, II), qualificação dos servidores (art. 274, III) e com a aquisição, modernização, adaptação e manutenção de materiais e equipamentos (art. 274,VI).

A movimentação financeira da conta do FUNTCE, atualmente, acontece através do registro das multas e taxas provenientes das guias emitidas pelo SISCOBRA (Boletos bancários com códigos de barras), identificadas através de codificação e do CPF do depositante ou através de depósitos, sem obrigatoriedade de identificação do depositante.

Os recursos do FUNTCE encontram-se aplicados nos seguintes investimentos: BRADESCO F.I. REFERENCIADO DI PREMIUM, BRADESCO FI RENDA FIXA MAXI PODER PÚBLICO, BRADESCO FIC FI CURTO PRAZO PODER PÚBLICO, BANCO DO BRASIL RF LP CORP Cred PRIV e BB RF CP AUTOMÁTICO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
BAHIAGÁS	Companhia de Gás da Bahia S/A
BAHIAPESCA	Bahia Pesca S/A
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBM/BA	Corpo de Bombeiros Militar da Bahia
CERB	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DESENBHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DPE	Defensoria Pública do Estado
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
HEMOBA	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MP	Ministério Público
PC	Polícia Civil
PM/BA	Polícia Militar da Bahia
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia
SJDHDS	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
TJ/BA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Quadro de Servidores e Movimentações	15
Quadro 2	Tipos de deliberação do TCE/BA	16
Quadro 3	Metas Institucionais – Desempenho 4º trimestre de 2021	21
Quadro 4	Capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJ)	23
Quadro 5	Participantes externos em atividades de capacitação online	23
Quadro 6	Prazos de permanência dos processos da administração	35
Quadro 7	Prazos para apreciação dos Processos de Controle Externo	35
Quadro 8	Instrução inicial dos Processos de Contas, por UJ (POA 2021)	36
Quadro 9	Auditorias Concomitantes, por natureza (POA 2021)	36
Quadro 10	Prazos de permanência nas unidades técnicas, por natureza	37
Quadro 11	Indicadores de desempenho do objetivo estratégico 4	37
Quadro 12	Ações de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas	40
Quadro 13	Bolsas de Estudo para Curso de Pós-graduação vigentes	41
Quadro 14	Bolsas de estudo para cursos de graduação vigentes	41
Quadro 15	Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos	42
Quadro 16	Ensino à Distância	42
Quadro 17	Documentos produzidos pelo MPC/BA – 4º trimestre 2021	54
Quadro 18	Representação Institucional 4º trimestre de 2021 (MPC/BA)	56
Quadro 19	Processos de contas julgados – 4º trimestre 2021	73
Quadro 20	Auditorias/Inspeções apreciadas – 4º trimestre de 2021	77
Quadro 21	Denúncias apreciadas – 4º trimestre de 2021	81
Quadro 22	Medidas Cautelares apreciadas – 4º trimestre de 2021	83
Quadro 23	Matérias Administrativas apreciadas – 4º trimestre de 2021	85
Quadro 24	Auditorias Concomitantes (POA 2021)	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Jurisdicionados do TCE/BA	11
Tabela 2	Resultados das atividades do Controle Externo – 4º trimestre 2021	16
Tabela 3	Sessões realizadas, acórdãos e resoluções	17
Tabela 4	Condenações e sanções aplicadas (R\$)	18
Tabela 5	Condenações e sanções recolhidas (R\$)	19
Tabela 6	Tipos de demandas registradas	29
Tabela 7	Meios de contatos utilizados	29
Tabela 8	Perfil do demandante	29
Tabela 9	Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)	58
Tabela 10	Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)	58
Tabela 11	Detalhamento da despesa paga (TCE/BA)	59
Tabela 12	Detalhamento da despesa paga por grupo/elemento (TCE/BA)	59
Tabela 13	Orçamento do FUNTCE	60
Tabela 14	Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)	61
Tabela 15	Disponibilidade financeira (FUNTCE)	61
Tabela 16	Movimentação financeira (FUNTCE)	61
Tabela 17	Decisões do Tribunal Pleno por natureza de processo – 4º trimestre 2021	69
Tabela 18	Decisões da Primeira Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2021	70
Tabela 19	Decisões da Segunda Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2021	71

APÊNDICE A

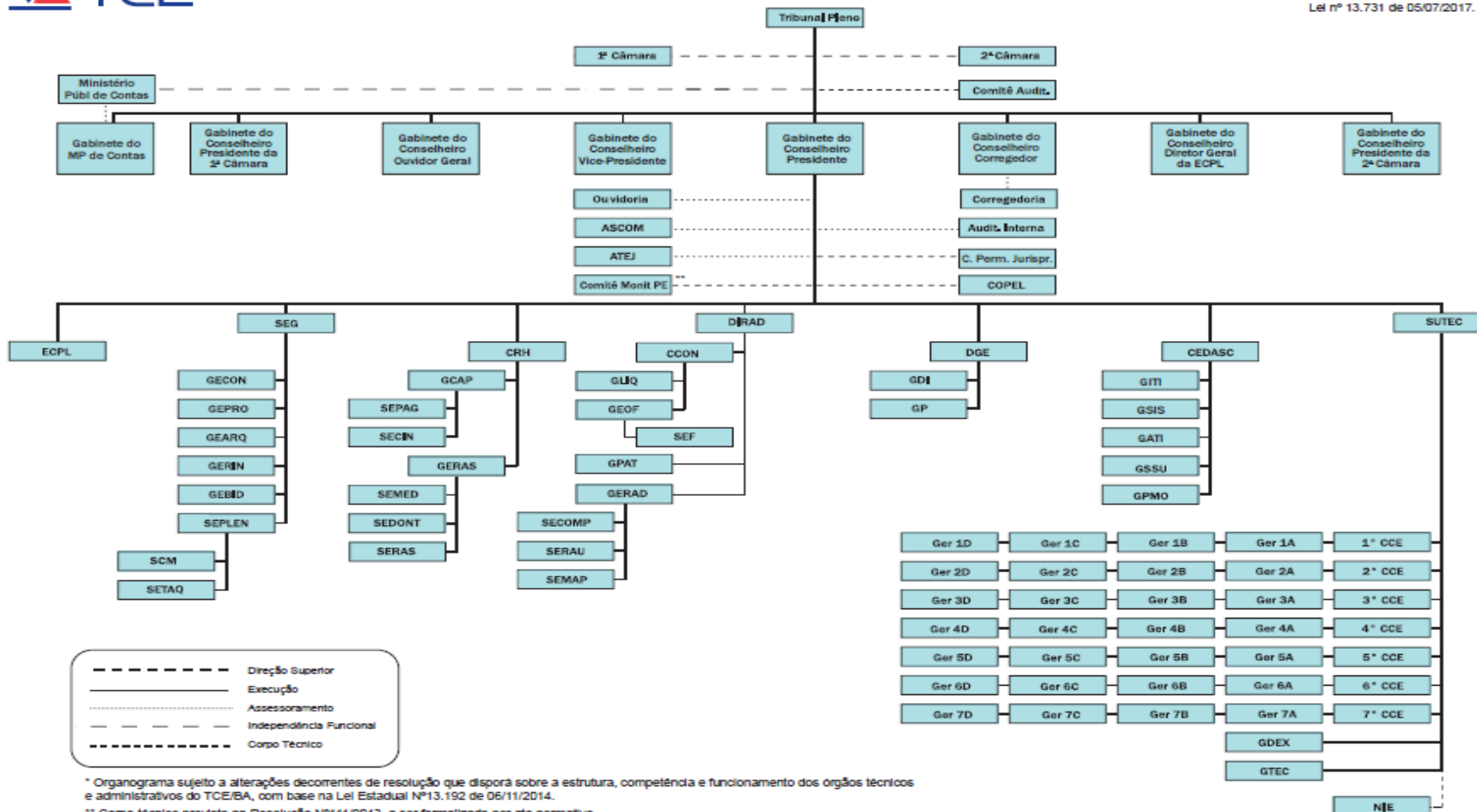
Estrutura organizacional do TCE/BA: organograma

APÊNDICE A – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ORGANOGRAMA*

Base Legal: Lei nº 13.192 de 06/11/2014;
Lei nº 13.731 de 05/07/2017.



APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS SIGLAS/ABREVIATURAS

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLAS/ABREVIATURAS	UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLAS/ABREVIATURAS
GABINETE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	Gabinete do MP de Contas	SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA	SUTEC
MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	Ministério Públ. de Contas	Coordenadoria de Controle Externo	CCE
COMITÊ DE AUDITORIA	Comitê Audit.	Gerência de Auditoria	GER
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	ASCOM	Gerência de Métodos, Técnicas e Normas para a Auditoria	GTEC
AUDITORIA INTERNA	Audit. Interna	Gerência de Desenvolvimento da Gestão do Controle Externo	GDEX
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA	ATEJ	Núcleo de Informações Estratégicas	NIE
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA	C. Perm. Jurispr.	DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	DGE
COMITÊ DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	Comitê Monit. PE	Gerência de Desenvolvimento Institucional	GDI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COPEL	Gerência de Planejamento	GP
SECRETARIA GERAL	SEG	CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA	CEDASC
Gerência de Controle Processual	GECON	Gerência de Infraestrutura	GITI
Gerência do Protocolo Geral	GEPRO	Gerência de Desenvolvimento de Sistemas	GSIS
Gerência de Arquivo	GEARQ	Gerência de Informações Estratégicas e Apoio à Auditoria	GATI
Gerência de Biblioteca e Documentação	GEVID	Gerência de Serviços e Suporte aos Usuários	GSUP
Gerência de Jurisprudência e Informações Processuais	GERIN	Gerência de Projetos e Modernização	GPMD
Secretaria de Plenário	SEPLEN	COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	CRH
Serviço de Taquigrafia	SETAQ	Gerência de Cadastro, Avaliação e Pagamento de Pessoal	GCAP
Serviço de Cerimonial	SCM	Serviço de Cadastro e Informações	SECIN
DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DIRAD	Serviço de Pagamento de Pessoal	SEPAG
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE	CCON	Gerência de Assistência ao Servidor	GERAS
Gerência de Orçamento e Finanças Públicas	GEOF	Serviço de Assistência Social	SERAS
Serviço de Execução Financeira	SEF	Serviço Médico	SEMED
Gerência de Liquidação da Despesa	GLIQ	Serviço Odontológico	SEDONT
Gerência de Administração	GERAD	ESCOLA DE CONTAS CONSELHEIRO JOSÉ BORBA PEDREIRA LAPA	ECPL
Serviço de Material e Patrimônio	SEMAP		
Serviço de Compras	SECOMP		
Serviços Auxiliares	SERAU		
Gerência de Preservação Patrimonial	GPAT		

APÊNDICE B

Síntese das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados

APÊNDICE B – SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES CONCLUSIVAS PROFERIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Tabela 17 – Decisões do Tribunal Pleno por natureza de processo – 4º trimestre 2021

DECISÃO	Processo de Contas	Recurso	Embargos de Declaração	Auditoria/Inspeção	Denúncia	TOTAL
Aprovação	53	-	-	-	-	53
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva	28	-	-	1	-	29
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva e multa	6	-	-	-	-	6
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva e/ou determinações	9	-	-	-	-	9
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva, multa e/ou determinações	2	-	-	-	-	2
Não-conhecimento	-	18	2	-	1	21
Provimento	-	4	-	-	-	4
Provimento parcial	-	3	-	-	-	3
Não-Provimento	-	8	-	-	-	8
Procedência	-	-	-	-	1	1
Improcedência	-	-	-	-	3	3
Extinção do processo	-	-	-	-	1	1
Arquivar	-	-	-	1	1	2
Juntar as contas	-	-	-	12	-	12
TOTAL	98	33	2	14	07	154

Fonte: SEPLEN/Secretaria Geral.

APÊNDICE B – SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES CONCLUSIVAS PROFERIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Tabela 18 – Decisões da Primeira Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2021

DECISÃO	Aposentadoria	Admissão de Pessoal	Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	Recursos Estaduais Atribuídos a Entidade e Instituição	Embargos de Declaração	Contratos, Convênios e Parcerias	Acompanhamento de Contratos, Convênios e Parcerias	TOTAL
Aprovado	-	-	1	1	-	-	-	2
Aprovado c/multa	-	-	-	1	-	-	-	1
Aprovado c/débito/multa	-	-	-	2	-	-	-	2
Aprovado c/ressalvas/recomendações	-	-	2	-	-	1	-	3
Aprovado c/ressalvas/multa	-	-	1	-	-	-	-	1
Arquivamento	2	5	1	-	-	-	-	8
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	4	1	-	-	-	-	5
Desaprovado c/multa	-	-	1	-	-	-	-	1
Desaprovado c/débito	-	-	2	3	-	-	-	5
Desaprovado c/débito/multa	-	-	7	5	-	-	-	12
Desaprovado c/débito/multa/recomendação	-	-	2	-	-	-	-	2
Conhecimento	-	-	-	-	1	-	-	1
Conceder Registro	1	-	-	-	-	-	-	1
Conforme a Lei	1	-	-	-	-	-	-	1
Juntar Prestação de Contas	-	-	1	-	-	-	-	1
Ilegalidade	-	-	-	-	-	-	1	1
Reconhecimento Registro Tácito	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	5	9	19	12	1	1	1	48

Fonte: Primeira Câmara/Secretaria Geral.

APÊNDICE B – SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES CONCLUSIVAS PROFERIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Tabela 19 – Decisões da Segunda Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2021

DECISÃO	Aposentadoria	Admissão de Pessoal	Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	Recursos Estaduais Atribuídos a Entidade e Instituição	Embargos de Declaração	Contratos, Convênios e Parcerias	Acompanhamento Contratos, Convênios e Parcerias	Total
Aprovado	-	-	1	1	-	-	-	2
Aprovado c/multa	-	-	-	1	-	-	-	1
Aprovado c/débito/multa	-	-	-	2	-	-	-	2
Aprovado c/ressalvas/recomendações	-	-	2	-	-	1	-	3
Aprovado c/ressalvas/multa	-	-	1	-	-	-	-	1
Arquivamento	2	5	1	-	-	-	-	8
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	4	1	-	-	-	-	5
Desaprovado c/multa	-	-	1	-	-	-	-	1
Desaprovado c/débito	-	-	2	3	-	-	-	5
Desaprovado c/ débito/multa	-	-	7	5	-	-	-	12
Desaprovado c/débito/multa/recomendação	-	-	2	-	-	-	-	2
Conhecimento	-	-	-	-	1	-	-	1
Conceder Registro	1	-	-	-	-	-	-	1
Conforme a Lei	1	-	-	-	-	-	-	1
Juntar Prestação de Contas	-	-	1	-	-	-	-	1
Ilegalidade	-	-	-	-	-	-	1	1
Reconhecimento Registro Tácito	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	5	9	19	12	1	1	1	48

Fonte: Segunda Câmara/Secretaria Geral.

APÊNDICE C

Processos de Contas julgados

APÊNDICE C – PROCESSOS DE CONTAS JULGADOS

Quadro 19 – Processos de contas julgados – 4º trimestre 2021

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	CONS. RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001306/2021	PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	FAPESB/SECTI	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA (FAPESB), EXERCÍCIO 2020. APROVAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.	CAROLINA COSTA/ MARIA DO CARMO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001306-2021
TCE/001642/2020	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	SUDES	PRESTAÇÃO DE CONTAS. SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA (SUDES). À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSALVA. RECOMENDAÇÕES. POR MAIORIA (VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE). MULTA. DETERMINAÇÃO.	PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001642-2020
TCE/001453/2019	PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ALBA. EXERCÍCIO 2018. A UNANIMIDADE APROVAR COM RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. APLICAÇÃO DE MULTA POR VOTO DESEMPATE DO PRESIDENTE.	JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001453-2019
TCE/001520/2020	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SESAB	PROCESSO DE CONTAS. APROVAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. COM OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. APROVAÇÃO LIMPA. DECISÃO UNANIME.	MARCUS PRESIDIO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001520-2020
TCE/002863/2017	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEAGRI	CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. DECISÃO POR MAIORIA. APLICAÇÃO DE MULTA E EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CAROLINA COSTA/ MARIA DO CARMO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002863-2017
TCE/001614/2020	PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SAEB	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO – SAEB. EXERCÍCIO DE 2019. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS. POR MAIORIA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES.	PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001614-2020
TCE/005766/2020	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CAR/SDR	PRESTAÇÃO DE CONTAS. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR. EXERCÍCIO DE 2019. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES.	PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005766-2020
TCE/004246/2017	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEC	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. APROVAÇÃO COM RESSALVA.	INALDO ARAÚJO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004246-2017

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	CONS. RELATOR	DISPONÍVEL EM:
			DECISÃO UNÂNIME.		
TCE/001133/2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SETUR	APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES. SETUR. EXERCÍCIO 2015. DECISÃO POR MAIORIA.	JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001133-2016
TCE/001071/2014	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	ALBA	PRESTAÇÃO CONTAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA.	PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001071-2014
TCE/001586/2020	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	PC/BA	PROCESSO DE CONTAS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA BAHIA – EXERCÍCIO 2019. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.	PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001586-2020
TCE/003587/2020	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SUREGS	PROCESSO DE CONTAS. APROVAÇÃO. RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES À UNIDADE JURISDICIONADA. DECISÃO UNÂNIME. SUGESTÃO À COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO. DECISÃO POR MAIORIA.	MARCUS PRESIDIO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-003587-2020
TCE/001280/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SETUR	PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DO TURISMO DA BAHIA. EXERCÍCIO 2019. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E MULTA. DECISÃO UNÂNIME.	JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001280-2020
TCE/001354/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	PM/BA	Prestação de Contas – Administração Direta. Polícia Militar da Bahia (PM/BA). Exercício 2019. À unanimidade, aprovação das contas com ressalvas, das seguintes Unidades/Responsáveis: Comando-Geral da Polícia Militar do Estado da Bahia; Departamento de Apoio Logístico; Departamento de Auditoria e Finanças; Departamento de Modernização e Tecnologia; Instituto de Ensino e Pesquisa; Comando de Policiamento da Região Metropolitana de Salvador; Comando de Policiamento da Região Leste; Comando de Policiamento Regional da Capital – Atlântico; 15º Batalhão de Polícia Militar; 11º Batalhão de Polícia Militar; 20º Batalhão de Polícia Militar; 51ª Companhia Independente de Polícia Militar; 38ª Companhia Independente de Polícia Militar. Expedição de recomendações, à 38ª Companhia Independente de Polícia Militar, ao Comando-Geral e a todas as 56	CAROLINA COSTA/JURACI CARVALHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001354-2020

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	CONS. RELATOR	DISPONÍVEL EM:
			(cinquenta e seis) Unidades Gestoras (UGs) da PM/BA. Por maioria de votos, expedição de determinações, à 38ª Companhia Independente de Polícia Militar, ao Comando-Geral da PM/BA e ao Departamento de Apoio Logístico. À unanimidade, aprovação das contas dos demais responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) não auditadas. Por maioria de votos, expedição de ofícios à Secretaria da Fazenda (SEFAZ), à Secretaria da Administração (SAEB), à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e à Diretoria de Patrimônio da SAEB.		
TCE/005692/2016	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SUSET	PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DO TURISMO DA BAHIA. EXERCÍCIO 2015. APROVAÇÃO E APROVAÇÃO COM RESSALVAS.	JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005692-2016
TCE/001614/2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	FUNDAC	PRESTAÇÃO DE CONTAS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. À UNANIMIDADE, PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUNDAC), EXERCÍCIO 2018, COM A EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES; POR MAIORIA DE VOTOS, PELA APLICAÇÃO DE MULTA SANCIONATÓRIA E EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES.	CAROLINA COSTA/JURACI CARVALHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001614-2019

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE D

Auditorias/Inspeções apreciadas

APÊNDICE D – AUDITORIAS/INSPEÇÕES APRECIADAS

Quadro 20 – Auditorias/Inspeções apreciadas – 4º trimestre de 2021

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/011641/2019	2019	SAIS/SESAB	AUDITORIA. SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE (SAIS). PERÍODO: 01/01/2019 A 31/06/2019. DECISÃO UNÂNIME. JUNTADA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL À SAÚDE (SAIS) - EXERCÍCIO 2019. POR MAIORIA DE VOTOS (VOTO DE DESEMPATE DO PRESIDENTE). EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011641-2019
TCE/009022/2020	2020	FESBA/SESAB	AUDITORIA. ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE FOMENTO, TERMOS DE COLABORAÇÃO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO. JUNTADA ÀS CONTAS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA (FESBA) DO EXERCÍCIO DE 2020 (PROCESSO Nº TCE/004557/2021). EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009022-2020
TCE/009631/2017	24 MESES (ATÉ 15/01/2018)	SSP/BA	AUDITORIA EM CONTRATO. JUNTADA ÀS CONTAS DA SSP/BA EXERCÍCIOS DE 2016, 2017, 2018. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009631-2017
TCE/011630/2019	2º QUADRIMESTRE DE 2019	SEFAZ	AUDITORIA. ACOMPANHAMENTO DA LRF. 2º QUADRIMESTRE DE 2019. JUNTADA ÀS CONTAS DO PODER JUDICIÁRIO E DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011630-2019
TCE/003779/2021	2020	SIT/SEINFRA	AUDITORIA DE PROJETOS COFINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS. SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA (SIT). EXERCÍCIO 2020. POR MAIORIA DE VOTOS, PELA REGULARIDADE DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RODOVIAS – 2ª FASE (PREMAR 2), COM RESSALVAS QUANTO AOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS; À UNANIMIDADE, PELA JUNTADA DO PRESENTE PROCESSO AO TCE/001316/2021, RELATIVO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA (SEINFRA), PELA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA (SIT) E À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA (SEINFRA); POR MAIORIA DE VOTOS, PELA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO À SUPERINTENDÊNCIA DE	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-003779-2021

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
			INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA (SIT) E À SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA (SEINFRA); À UNANIMIDADE, PELA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À 1ª COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO (1ª CCE).	
TCE/000486/2020		SEC	INSPEÇÃO. ARQUIVAMENTO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS EVIDENCIADORES DE ILICITUDE NA ACUMULAÇÃO DE CARGOS. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000486-2020
TCE/011427/2019	2019	SEC	AUDITORIA OPERACIONAL. JUNTADA À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SEC), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019 (PROCESSO Nº TCE/001573/2020). EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011427-2019
TCE/002110/2019	2019/2020	SEC/PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO	PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO. JUNTADA ÀS CONTAS DA SEC, DA CASA CIVIL E DA SEPLAN – EXERCÍCIOS DE 2019 E 2020. ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DE Nº. 2, 3, 6 e 7 DA RESOLUÇÃO Nº. 117/2018. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO À CASA CIVIL. EXPEDIÇÃO DE ORIENTAÇÃO À 3 CCE.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002110-2019
TCE/011475/2019	2018	SEDUR/CTB	AUDITORIA NO SISTEMA METROVIÁRIO SALVADOR LAURO DE FREITAS (SMSL) EXERCÍCIO 2018. JUNTADA ÀS CONTAS DA SEDUR E DA CTB DE 2019. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. DETERMINAÇÕES POR MAIORIA DE VOTOS.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011475-2019
TCE/008986/2020	2020	SETUR	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. SECRETARIA DE TURISMO (SETUR). JUNTADA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020. RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008986-2020
TCE/009126/2020	2020	SEC	AUDITORIA – JUNTADOS DOS PRESENTES AUTOS ÀS CONTAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SEC/BA, EXERCÍCIO 2020. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009126-2020
TCE/008187/2020	2020	SEINFRA	INSPEÇÃO. DESTAQUE DE CONTA DE UNIDADE JURISDICIONADA. CONVERSÃO DE PRESTAÇÃO EM PROCESSO DE CONTAS. ANEXAÇÃO AO RESPECTIVO PROCESSO DE CONTAS. DECISÃO UNÂNIME. DETERMINAÇÃO. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE DO EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008187-2020

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/008926/2020	2020	SAEB	INSPEÇÃO. ANEXAÇÃO A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO. RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. NOTIFICAÇÃO. DECISÃO POR MAIORIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008926-2020
TCE/009384/2021	2020	SEFAZ/IPM 2022	FIXA OS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO, PELO ESTADO, DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS), PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2022.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009384-2021

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE E

Denúncias Apreciadas

APÊNDICE E – DENÚNCIAS APRECIADAS

Quadro 21 – Denúncias apreciadas – 4º trimestre de 2021

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/004302/2021	CAROLINA COSTA/MARIA DO CARMO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA. JUNTADA DE CÓPIA DOS AUTOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, EXERCÍCIO 2020. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004302-2021
TCE/001575/2021	ANTONIO HONORATO	DENÚNCIA. PELO CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001575/2021
TCE/005293/2021	MARCUS PRESIDIO	DENÚNCIA. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS ESSENCIAIS PARA O PROCESSAMENTO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005293/2021
TCE/005899/2021	MARCUS PRESIDIO	DENÚNCIA. ARQUIVAMENTO. PERDA DE OBJETO. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO À CCE. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005899/2021
TCE/000857/2021	CAROLINA COSTA/JURACI CARVALHO	DENÚNCIA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000857/2021
TCE/004001/2021	PEDRO LINO	DENÚNCIA. À UNANIMIDADE. CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA. JUNTADA DE CÓPIA DOS AUTOS À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMBASA – EXERCÍCIO DE 2021.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004001/2021
TCE/005242/2021	MARCUS PRESIDIO	MEDIDA CAUTELAR. PERDA DO OBJETO. DENÚNCIA. CONHECIMENTO. PROVIMENTO. DETERMINAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005242/2021

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE F

Medidas Cautelares apreciadas

APÊNDICE F – MEDIDAS CAUTELARES APRECIADAS

Quadro 22 – Medidas Cautelares apreciadas – 4º trimestre de 2021

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/004944/2021	ANTONIO HONORATO	MEDIDA CAUTELAR. PELA CONCESSÃO. POR MAIORIA DE VOTOS.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004944/2021

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE G

Matérias Administrativas apreciadas

APÊNDICE G – MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS APRECIADAS

Quadro 23 – Matérias Administrativas apreciadas – 4º trimestre de 2021

PROCESSO	NATUREZA	RESOLUÇÃO Nº	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/007558/2021	MATÉRIA ADMINISTRATIVA – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	Nº 000077/2021	APROVAR A REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº138/2017, PARA O BIÊNIO 2022-2023.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007558/2021
TCE/008026/2021	MATÉRIA ADMINISTRATIVA – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	Nº 000086/2021	MODIFICA A RESOLUÇÃO Nº 149, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008026/2021
TCE/009362/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Nº 000087/2021	APROVA A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE INDICA, A SEREM PRESTADOS PELA EGBA – EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009362/2021
TCE/009433/2021	MATÉRIA ADMINISTRATIVA – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	Nº 000092/2021	APROVA AS DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E PARA O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO EXERCÍCIO DE 2022 (PLANO TÁTICO 2022) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009433/2021
TCE/009669/2021	DISPENSA DE LICITAÇÃO	Nº 000093/2021	APROVA A DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE INDICA, A SEREM PRESTADOS PELA EMPRESA PA ARQUIVOS LTDA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009669/2021
TCE/000595/2020	MATÉRIA ADMINISTRATIVA – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	Nº 000096/2021	PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000595/2020

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE H

Auditorias Concomitantes realizadas no exercício

APÊNDICE I – AUDITORIAS CONCOMITANTES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

Quadro 24 – Auditorias Concomitantes (POA 2021)

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	12	UNEB, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		SETUR, bem como o acompanhamento das obras realizadas no âmbito do Prodetur, relativo ao período de janeiro a junho de 2021	29/10/2021 (concluída)
		IPAC, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		TJ, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		SECULT, relativo ao período de janeiro a junho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		SEAP, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2021	20/12/2021 (concluída)
		SESAB englobando as ações de combate ao enfrentamento à Covid-19 no âmbito da Suvisa e da Divep, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	22/12/2021 (concluída)
		Coordenação de Pagamentos Coletivos (Secretaria da Saúde), relativo ao período de janeiro a julho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		SDE, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	31/12/2021 (concluída)
		SETRE, relativo ao período de janeiro a julho de 2021	30/12/2021 (concluída)
		Acompanhamento das despesas lançadas a título de MDE pela Secretaria da Educação (SEC), que venham a ser caracterizadas no percentual de 25% da receita do Poder Público Estadual no Exercício do ano de 2021, relativo ao período de janeiro a agosto de 2021	30/12/2021 (concluída)
		Concessão da BA-52 (Contrato de Concessão nº 001/2018 – SEINFRA), além do acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira da SEINFRA, referente ao período de janeiro a setembro de 2021	28/02/2022

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal	3	3º Quadrimestre de 2020	30/06/2021 (concluída)
		1º Quadrimestre de 2021	30/09/2021 (concluída)
		2º Quadrimestre de 2021	31/12/2021 (concluída)
Acompanhamento das Licitações, Contratações Diretas e Contrato	1	SEC, com foco nas despesas decorrentes do enfrentamento da pandemia da Covid-19	31/10/2021 (concluída)
Acompanhamento de Concessões	2	Assinatura do contrato de Parceria público privada na modalidade de concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário ponte Salvador Ilha de Itaparica	19/03/2021 (concluída)
		Parceria público-privada, na modalidade de concessão administrativa das Obras e Serviços necessários à implantação, gestão, operação e ampliação da Unidade Hospitalar (Hospital Metropolitano) – Fases de Planejamento e Licitação	30/12/2021 (concluída)
Cálculo do IPM	1	Calcular o IPM (Cálculo do Índice de Participação dos Municípios) 2022 e realizar estudos visando à otimização dos procedimentos utilizados na auditoria do IPM	31/12/2021 (concluída)
Especial	1	Sistemas de Travessia Salvador-Itaparica (ferryboat) e Salvador-Vera Cruz (lanchas)	26/02/2021 (concluída)
Monitoramento	2	Monitorar o controle sistêmico e instrumentos congêneres adotados pelo estado a partir das determinações da Resolução TCE/BA nº 035/2018	30/12/2021 (concluída)
		Monitorar o cumprimento das determinações e recomendações proferidas na Resolução nº 087/2017, de 25/07/2017, decorrente do processo TCE/005288/2016, relativo à Auditoria Operacional nos Programas Criança e Adolescente e Proteção Social	31/03/2022
Operacional Ambiental	2	Estrutura de governança do estado para gestão integral de Passivos Ambientais de Mineração (PAM)	31/08/2021 (concluída)
		Política Estadual de Recursos Hídricos, no âmbito do INEMA e da SEMA	17/12/2021 (concluída)

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO
Projetos Co-Financiados com Recursos Externos	7	Demonstrações financeiras do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR)	31/05/2021 (concluída)
		Programa de Fortalecimento do SUS (PROSUS) - Contrato de Empréstimo nº3.262/OC-BR	30/04/2021 (concluída)
		Demonstrativos Financeiros do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (PRÓ-SEMIÁRIDO)	31/05/2021 (concluída)
		Demonstrativos Financeiros do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (Projeto Bahia Produtiva)	30/06/2021 (concluída)
		Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias no Estado da Bahia (PREMAR) - Contrato de Empréstimo nº 8.580 do BR/BIRD	31/05/2021 (concluída)
		PROSUS (Acordo de Empréstimo N° 3.262/OC-BR)	31/12/2021 (concluída)
		Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias no Estado da Bahia (PREMAR) - Contrato de Empréstimo nº 8.580 do BR/BIRD	31/12/2021 (concluída)
Termo de Contrato de Gestão	2	SESAB, no âmbito da Superintendência de Atenção Integral a Saúde (SAIS), relativo ao período de janeiro a julho de 2021	30/12/2021 (concluída)
		Contrato de gestão 06/2020 da SEDUR/CTB, em função de sorteio, conforme o disposto na Resolução Nº 083/2020, art. 13.	31/12/2021 (concluída)
TOTAL	33		

Fontes: Sistemas de Gerenciamento de Auditoria (SGA) e Monitora das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO), em 03/01/2022.